

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	4
AMBIENTE REGULATÓRIO	5
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	7
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	14
GOVERNANÇA CORPORATIVA	14
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	15
INVESTIMENTOS	16
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS	17
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	18
RESPONSABILIDADE SOCIAL	20
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	26
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	28
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	29
BALANÇOS PATRIMONIAIS	30
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	32
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	33
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	35
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	37
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38
1. CONTEXTO OPERACIONAL	38
2. BASE DE PREPARAÇÃO	41
3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	57
4. SEGMENTOS OPERACIONAIS	63
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	65
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	65
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	66
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS	66
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	67
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	69
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	70
13. INVESTIMENTOS	71
14. IMOBILIZADO	84
15. INTANGÍVEIS	89
16. FORNECEDORES	90
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	91
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	92
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	96
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	96
21. PROVISÕES	101
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	107
23. RECEITA	110
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	112
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	114
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	115
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	117
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	124
29. SEGUROS	126
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	127
31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	127
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	128
PARECER DO CONSELHO FISCAL	133
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	134
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	135

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Na posse da nova Diretoria da CEMIG, em 23 de janeiro de 2015, o Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, descreveu, em breves linhas, as diretrizes que orientarão a atuação da Cemig nos próximos anos:

“Não vai faltar apoio do Governo do Estado, para que o principal objetivo que eu acho que está posto, que é conciliar o interesse legítimo dos acionistas, interesse pela produtividade, pelos resultados, pelo desenvolvimento, com o interesse bem legítimo dos trabalhadores com condições seguras de trabalho e salários adequados, e o interesse dos consumidores de eficiência e qualidade”.

“Então não há nenhuma contradição entre buscar o que o acionista quer, que é legítimo, como também conciliar com o que o consumidor deseja e o trabalhador espera. Esse é o grande desafio da Cemig e creio que é o grande desafio de qualquer empresa que combina Estado como o acionista e interesse privado legítimo também como acionista. É um desafio que eu tenho certeza assim que o conselho vai saber julgar e a diretoria também”.

Temos a percepção clara do desafio.

A Cemig, controladora da Cemig GT, sempre teve e continuará tendo um papel de relevância no setor energético brasileiro, atuando como um dos grandes grupos consolidadores do setor e utilizando-se da sua experiência, nos mais de 60 anos de existência, na implantação de grandes empreendimentos.

Temos alternativas viáveis de crescimento usufruindo das oportunidades que o setor oferece, além daquelas que já representam vetores de crescimento vigorosos, como a geração de energia renovável.

Claramente a prioridade maior no curto prazo é abordar de maneira adequada a discussão sobre a extensão dos contratos de concessão das Usinas de Jaguará, São Simão e Miranda. As dificuldades são muitas, porém buscamos a melhor solução para a disputa judicial através de negociação com o Governo Federal.

Merece destaque a aliança de ativos de geração que fizemos com a Vale S.A., criando uma nova empresa, a Aliança Geração de Energia S.A., que já nascerá com ativos combinados superiores a R\$4,5 bilhões, 45% de participação da Cemig GT, e início das atividades a partir de março de 2015. Com essa associação, elevamos o potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados na área de geração de energia, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

Além do seu programa de investimentos, a Cemig é uma companhia com qualificação e corpo técnico altamente capacitado para atuar firmemente, junto ao governo estadual e federal, no aprimoramento do sistema tarifário de energia, na redução dos custos na geração de energia e no atendimento com mais qualidade aos consumidores.

No que se refere à gestão operacional, vamos buscar atender aos critérios de eficiência e qualidade com custos módicos e compatíveis com as melhores práticas globais e nacionais. O atendimento às normas regulatórias será prioritário no que se refere aos negócios regulados.

Entendemos que os motores do crescimento da Empresa são os nossos colaboradores. Dessa forma, vamos empregar as melhores práticas de gestão de pessoas para assegurar a qualificação das pessoas que trabalham em nossa Empresa.

Todas as nossas ações serão sempre baseadas nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, o que se manifesta na presença da Cemig, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade e no índice pelo Pacto Global da ONU, o Global Compact 100 (GC100), que reúne cem empresas mundiais comprometidas com a sustentabilidade corporativa vinculada ao melhor desempenho no mercado de capitais.

Além dos desafios inerentes à Companhia, teremos que lidar em 2015 com as questões que envolvem o baixo nível dos reservatórios das usinas, em função do reduzido volume de chuvas observado desde o final de 2013.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses em relação às médias históricas será fator determinante para a política energética do País e preços de energia para o curto e médio prazo.

Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional.

A Cemig GT operou, em 2014, 4.927 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de energia elétrica

A Companhia optou por não aceitar os termos previstos na MP 579/12, convertida na Lei de nº 12.783/13, para renovação das 18 concessões de geração de energia elétrica que já foram renovadas uma vez pelo Poder Concedente e, dessa forma, continuará a auferir receitas desses ativos em conformidade aos critérios previstos nos contratos de concessão.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões têm o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995. Maiores detalhes sobre essa questão estão apresentados na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Conjuntura Hidrológica Brasileira

A capacidade de geração hídrica do país tem sido afetada fortemente pela atual situação hidrológica, principalmente, em empreendimentos localizados nas regiões Sudeste, Centro Oeste e Nordeste do Brasil.

Esta restrição hídrica induz ao despacho do parque termelétrico nacional, enquanto os geradores hidrelétricos geram uma quantidade de energia inferior a de seus compromissos contratuais, fazendo com que as geradoras adquiram no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o déficit resultante, a elevados Preços de Liquidação de Diferenças – PLD da atual conjuntura.

Transmissão de energia elétrica

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada através de revisão periódica, revisão extraordinária ou reajustes anuais. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a empresa atua junto ao órgão regulador buscando o reconhecimento dos custos da transmissora tanto nos processos de revisão e reajuste, quanto nos processos de homologação das receitas anuais permitidas (RAPs) de novos ativos.

Em janeiro de 2013, como resultado da revisão extraordinária das receitas da transmissão, as novas RAPs foram publicadas. A significativa redução das RAPs ocorreu porque as receitas das transmissoras passaram a englobar somente os valores relativos à Operação e Manutenção dos ativos e outros encargos ainda existentes.

Em julho de 2014, houve reajuste anual de 12,34% das tarifas e a RAP passou para R\$224 milhões.

As regras de renovação estipularam uma indenização para os ativos ainda não depreciados, tarifas pré-definidas para a energia das geradoras, novas RAPs para as transmissoras, novos padrões de qualidade a serem fixados pela ANEEL, além da consideração do IPCA para correção anual das receitas nos reajustes anuais da transmissão ao invés do reajuste pelo IGPM.

Com relação à indenização das transmissoras, os ativos a serem indenizados correspondem àqueles formados até 31 de dezembro de 2012. A indenização prevista para a Companhia, conforme Laudo entregue na Aneel e análise preliminar, ainda não homologada pela Agência, corresponde a um valor de R\$1.157.106. Maiores detalhes na Nota explicativa nº 12.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$2.089 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.811 milhões no exercício de 2013, um crescimento de 15,35%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2014 R\$ milhões	2013 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.619	4.769	17,82
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	629	490	28,37
Receita de Construção	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Transações com energia na CCEE	2.281	967	135,88
Outras receitas operacionais	26	22	18,18
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.340)	(1.130)	18,58
	7.715	5.230	47,51

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Industrial	21.026.305	18.496.520	3.229	2.621	153,57	141,70
Comercial	323.367	300.801	74	64	228,84	212,77
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	91	(4)	-	-
	21.349.672	18.797.321	3.394	2.681	158,97	142,63
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	14.173.916	16.481.464	2.167	2.070	152,89	125,60
Suprimento Não Faturado, Líquido	-	-	58	17	-	-
	35.523.588	35.278.785	5.619	4.769	158,18	135,18

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.619 milhões em 2014 em comparação a R\$4.769 milhões em 2013, representando um aumento de 17,82% decorrente, principalmente, do aumento de 17,01% no preço médio praticado.

Deve ser destacado que a maior contribuição para esse crescimento no preço médio ocorreu no suprimento a outras concessionárias, variação de 21,73%, em função, basicamente, do maior preço da energia em 2014, considerando o baixo nível dos reservatórios no período.

Receita de Transmissão

A receita de transmissão foi de R\$629 milhões em 2014 comparados a R\$490 milhões em 2013, aumento de 28,37% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão representada pela Receita Anual Permitida – RAP, no montante de R\$298 milhões em 2014 e R\$241 milhões em 2013, devido a novos investimentos no período e atualização pela inflação da receita anterior;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$331 milhões em 2014 comparados com R\$249 milhões no mesmo período de 2013, representando uma variação de 32,93% decorrente do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos.

Receita de Indenização da Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, uma Receita de Indenização de R\$420 milhões em comparação a R\$21 milhões em 2013. Este aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/13. Mais informações vide Nota Explicativa nº 12.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.281 milhões em 2014 comparados a R\$967 milhões em 2013, um aumento de 135,88%. Esta variação decorre basicamente da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$688,89/MWh em 2014 e R\$263,06/MWh em 2013).

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.341 milhões em 2014 comparados a R\$1.130 milhões em 2013, registrando um crescimento de 18,67%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.588 milhões em 2014 em comparação com R\$2.964 milhões em 2013, representando um aumento de 21,05%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.692 milhões em 2014 comparados a R\$1.244 milhões em 2013, representando um aumento de 36,01%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 27,77% no volume de energia comprada em 2014 (10.313.226 MWh) comparado com 2013 (8.071.951 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$282 milhões em 2014 comparados a R\$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94 milhões. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a TAESA.

Provisões Operacionais

As provisões foram de R\$84 milhões em 2014 comparados a R\$55 milhões em 2013, aumento de 52,73%. Esta variação decorre principalmente da maior provisão em 2014 para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia. Vide mais informações sobre a composição das provisões na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$1.529 em 2014 comparado ao valor de R\$1.516 em 2013, representando um aumento de 0,86%.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$203 milhões em 2013, um crescimento de 163,05%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária: R\$13 milhões em 2014, comparados a R\$97 milhões em 2013, uma redução de 86,60%, decorrente, principalmente, do reconhecimento de R\$97 milhões em 2013 de atualização financeira de ganho obtido em processo judicial que discutia a ilegalidade da incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: em 2013, foi apurada uma receita de R\$61 milhões de tributos sobre as receitas financeiras decorrentes dos impactos de êxito obtido em processo judicial que discutia a incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$494 milhões em 2014, comparados a R\$317 milhões em 2013, um crescimento de 55,84%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2014 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013), aliada a um maior volume de recursos captados em 2014;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva. Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$602 milhões em relação ao Resultado de R\$2.413 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 24,94% de alíquota efetiva.

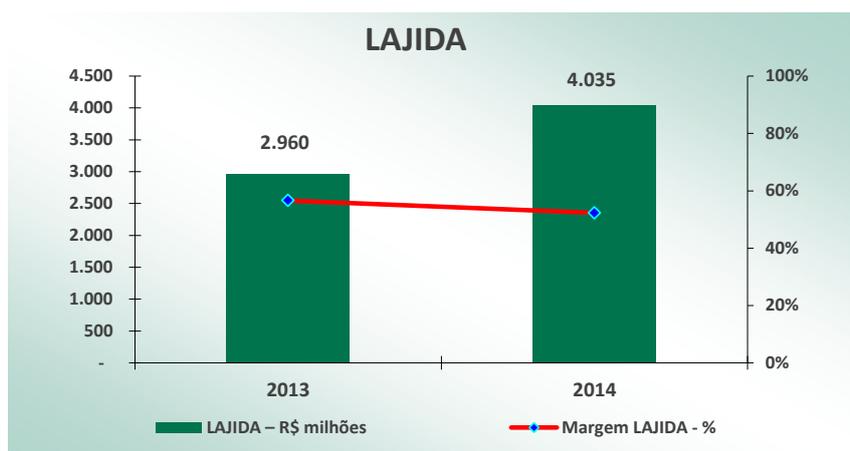
O aumento na alíquota efetiva em 2014 decorre da maior contribuição em 2013 do resultado de equivalência patrimonial, onde não existe incidência de tributação, para a formação do resultado, o que contribuiu para a redução da alíquota efetiva do ano anterior.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 36,32% em 2014 na comparação com 2013, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2014	2013	Var %
Resultado do Período	2.089	1.811	15,35
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	1.115	603	84,91
+ Resultado Financeiro Líquido	534	203	163,05
+ Amortização e Depreciação	297	343	(13,41)
= LAJIDA	4.035	2.960	36,32



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2014, em comparação com 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 47,51% verificado na receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 25,52% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 56,60% para 52,31%.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento. Acreditamos que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender nossas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2014 totalizaram R\$291 milhões, em comparação com R\$1.107 milhões em 31 de dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, nem os valores disponíveis no caixa, nem os equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para esta redução são apresentadas abaixo.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2014 e 2013 totalizou R\$2.874 milhões e R\$2.181 milhões, respectivamente. Este resultado decorre basicamente do aumento do lucro líquido em 2014, considerando o crescimento das receitas.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2014 e 2013 totalizou, respectivamente, R\$3.105 milhões e R\$486 milhões. O aumento dos valores consumidos em atividades de investimento em 2014 comparado com 2013 decorre basicamente das aquisições de investimentos ocorridas em 2014, destacando-se o aporte de capital na Renova e aquisição de participação adicional na usina de Santo Antônio através da SAAG.

Vide mais informações sobre os investimentos na Nota Explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$586 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.319 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$581 milhões de empréstimos e financiamentos, pagamento de dividendos no valor de R\$3.183 milhões e pagamento de R\$140 milhões de juros sobre o capital próprio.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2013 totalizou R\$1.097 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R\$664 milhões de financiamentos e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$433 milhões.

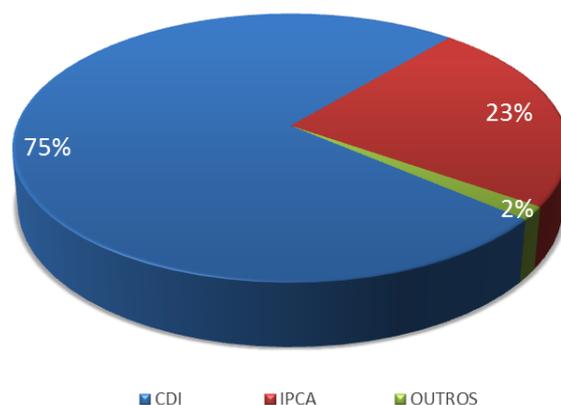
Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig GT tem se dado de forma sustentável.

Em 2014, foram captados R\$3.319 milhões, principalmente para garantir a execução do expressivo programa de investimentos no ano, destacando-se os investimentos na Renova e Santo Antônio.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2014



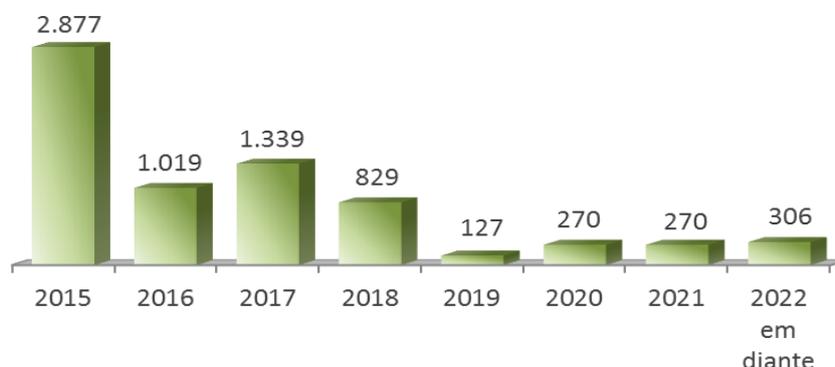
A composição da dívida da Cemig GT é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente em 0,16%). O custo médio da dívida da Cemig GT é de 7,66% a.a., a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto Social da Cemig, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$7.037 milhões, tem um prazo médio de 2,7 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras.

Cronograma de Amortizações da Dívida

Posicionamento em Dezembro/2014 (R\$ milhões)



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária – AGO, a realizar-se até 30 de abril de 2015, que seja dada a seguinte destinação ao resultado do exercício, no montante de R\$2.089 milhões, e ao saldo de lucros acumulados decorrente da realização de parcela da Reserva de Ajustes de Avaliação, no montante de R\$60 milhões:

- R\$104 milhões para constituição de Reserva Legal;
- R\$1.030 milhões para pagamento de dividendos Estatutários;
- R\$140 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$24 milhões para constituição de Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE; e
- R\$850 milhões para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2014, foram realizadas 37 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2014 foram realizadas 10 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

E adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2014	% em relação à auditoria	2013	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	259	65,74	251	65,71
Avaliação de controles internos - SOX	135	34,26	131	34,29
	394	100,00	382	100,00
Serviços adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	21	5,33	20	5,24
Total	415	105,33	402	105,24

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

Renova Energia S.A. – (“Renova”):

A Cemig GT passou a participar do bloco de Controle da Renova, através de um aporte de capital na controlada em conjunto no valor de R\$1.550 milhões. Após a homologação do referido aumento de capital, a participação direta da Cemig na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante.

Madeira Energia S.A. – (“Mesa”):

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”).

Em 2014 a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”) alienou ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o FIP Melbourne, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE”) e, em conjunto com os Fundos (“Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% do capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento. A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA, sendo que a participação da Cemig na Mesa, através da SAAG, corresponde a 7,87%.

Retiro Baixo:

A Cemig GT, realizou a aquisição de participação de 49,9% do capital total da Retiro Baixo Energética S.A. – RBE. A RBE é sociedade anônima de capital fechado, titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba, no Estado de Minas Gerais, que possui potência instalada de 83,7MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

Parques Eólicos – parceria com a Renova:

Aquisição de 50% de parques eólicos, via celebração de acordo de Investimento com a Renova Energia S/A (“Renova”). O Projeto consiste na instalação de 26 parques eólicos que somados totalizarão 676,2 MW de capacidade instalada, no município de Jacobina/BA, comercializados no Mercado Livre com compromisso de entrada em Operação Comercial em 2018 e investimentos previstos de R\$113 milhões.

Projeto Ampliação da geração:

Iniciativa estratégica da Cemig na qual está contemplado o Projeto de Ampliação da potência instalada de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, a saber: Salto do Paraopeba, pertencente à Horizontes Energia S.A. - Horizontes, Poço Fundo (pertencente à Cemig GT e Paraúna, usina pertencente à União sob a administração da Cemig GT (BUSA). O projeto tem como diretriz ganhos de potência e energia em razão do aumento da capacidade instalada e do melhor aproveitamento do potencial hidráulico.

Aliança:

A Companhia constituiu a Aliança Geração de Energia S.A., que será uma plataforma de crescimento e consolidação de ativos de geração detidos pela Cemig GT (45%) e pela Vale (55%). Os Ativos envolvidos na constituição da Aliança referem-se aos seguintes consórcios de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. A empresa possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração, e será responsável por investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica, com início operacional em março de 2015.

Investimentos em Transmissão

No exercício de 2014 foram realizados cerca de R\$84,367 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias do sistema de transmissão da Cemig GT.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os riscos estratégicos e de processos/operacionais. Objetivo é fornecer informações a alta administração para a tomada de decisões relativas à gestão dos riscos de maior relevância, preservando o valor da empresa.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC da Companhia que tem, ainda, como atribuições: suportar a Administração na definição das diretrizes, políticas e procedimentos e mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

Para sanar ou prevenir as possíveis não conformidades ou irregularidades com as leis, regulação ou com as normas internas da companhia, a Cemig vem trabalhando no projeto “Desenvolvimento de metodologia e ferramenta inovadora de auditoria contínua inteligente” (P&D 506). O objetivo é desenvolver e implantar um sistema de auditoria contínua que permita às gerências executivas e à Auditoria da Cemig monitorar, contínua e preditivamente, com relativa facilidade, os processos-chaves da empresa. Em tempo hábil, o sistema poderá corrigir eventuais irregularidades, evitando trabalho, perdas financeiras, regulatórias e de imagem, resultantes dessas inconsistências.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Alternativas energéticas, Pesquisa e Desenvolvimento

Usina Solar Fotovoltaica do Estádio Magalhães Pinto (UFV Mineirão)

Em abril 2014, iniciou-se a operação da UFV Mineirão, um empreendimento com investimentos de, aproximadamente, €3,7 milhões.

Com capacidade instalada de 1,42 MWpico, a UFV Mineirão é hoje a maior usina fotovoltaica em estádios no mundo, em termos de geração de energia, sendo capaz de fornecer energia equivalente ao consumo de cerca de 1.200 residências de médio porte.



Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Os recursos destinados aos projetos de P&D devem ser utilizados para o desenvolvimento tecnológico, para a geração de novos processos e produtos, para o aprimoramento de características de processos e produtos existentes e capacitação de pessoas, buscando melhora de qualidade, redução de custos ou oferta de novos serviços aos clientes, visando sempre atender as principais demandas tecnológicas da Companhia.

Em 2014, foram contratados 20 projetos com custo total de R\$32 milhões, dos quais foram realizados R\$27,27 milhões, conforme gráfico abaixo:



RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Cemig trabalha o relacionamento com as comunidades vizinhas aos seus empreendimentos com a atuação pautada pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. A empresa atua de forma coerente com seus valores, princípios e políticas, como apontado em sua Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional e pela Política de Comunicação com a Comunidade.

Esse relacionamento é construído cuidadosamente, por meio de atitudes éticas, disseminação clara de informações e confiança mútua entre empresa e comunidade, em consonância com as diretrizes internas de investimento social.

A Política de Comunicação da Cemig com a Comunidade explicita as diretrizes que orientam sua estratégia de comunicação em iniciativas de relacionamento com as comunidades nas quais atua. Essa Política e o Plano de Comunicação da Empresa integram o conjunto de estratégias de comunicação adotadas pela Cemig no relacionamento com as comunidades.

Os projetos sociais desenvolvidos com as comunidades estão correlacionados com os temas relevantes para a empresa e fazem parte da estratégia de sustentabilidade, estando também alinhados com a Missão e Visão corporativas.

Alguns projetos de destaque no ano de 2014 para a Cemig Geração e Transmissão são:

Projeto Versol

O Versol, projeto que forma novos velejadores, é uma parceria entre a Companhia, a Prefeitura de Três Marias e o Instituto Rumo Náutico, dirigido pelos irmãos Grael. No projeto são oferecidas 230 vagas por semestre, para crianças e adolescentes de 9 a 24 anos, de ambos os sexos, da rede pública de ensino. Os participantes recebem aulas de vela, caiaque, remo, natação, vôlei e outros esportes e praticam atividades lúdicas. Além disso, aprendem sobre mecânica náutica, noções climáticas, ecoturismo e biologia.

Programa Proximidade

Com o foco em desenvolver uma cultura de esclarecimento sobre a questão das enchentes, suas origens, ações e comportamentos que a agravam, ações que reduzem seus efeitos e como os reservatórios trabalham para minimizá-las, a Cemig GT realiza eventos durante o ano em diversas localidades, com apresentação de palestras sobre a previsão meteorológica, a atuação da empresa para o controle das cheias, os procedimentos para garantir a segurança física dos barramentos, as ações ambientais e outros temas relevantes para a população local.

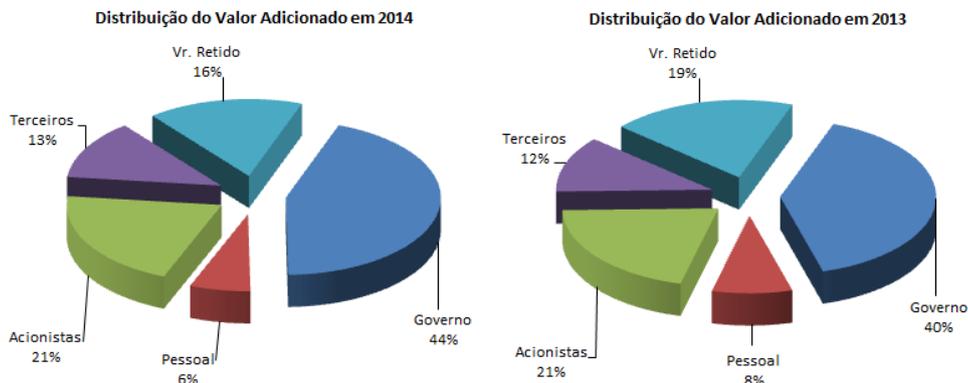
Em 2014, o Programa realizou 6 eventos, atendendo as comunidades vizinhas dos entornos dos reservatórios de Gafanhoto, Itutinga/Camargos, Aimorés, Rio de Pedras, Queimado e Três Marias.

Projetos culturais e esportivos

O fortalecimento do setor cultural é uma das prioridades da Empresa voltada para a cidadania corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e identidade das comunidades onde atua, bem como a própria história da Empresa – visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e locais. Além disto, fortalece sua reputação junto às diversas partes interessadas, como uma empresa guardiã do patrimônio cultural e que estimula a expressão artística.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade com R\$5.645 milhões de valor adicionado em 2014 em comparação a R\$4.533 milhões em 2013.



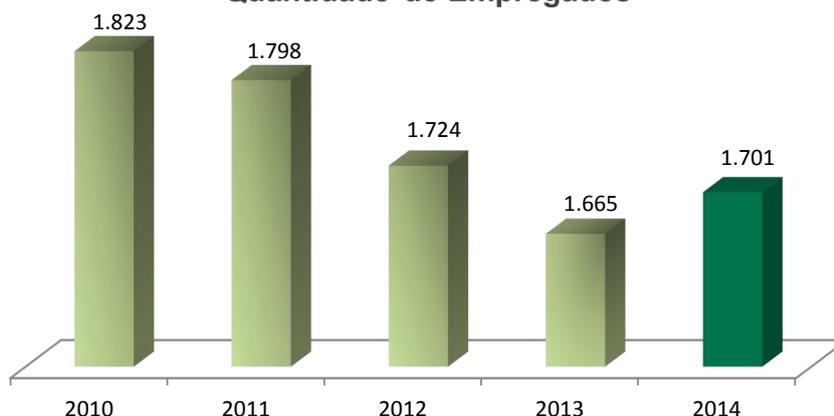
Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos períodos de 2010 a 2013, com um pequeno aumento em 2014 em decorrência do concurso público realizado no exercício, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Quantidade de Empregados



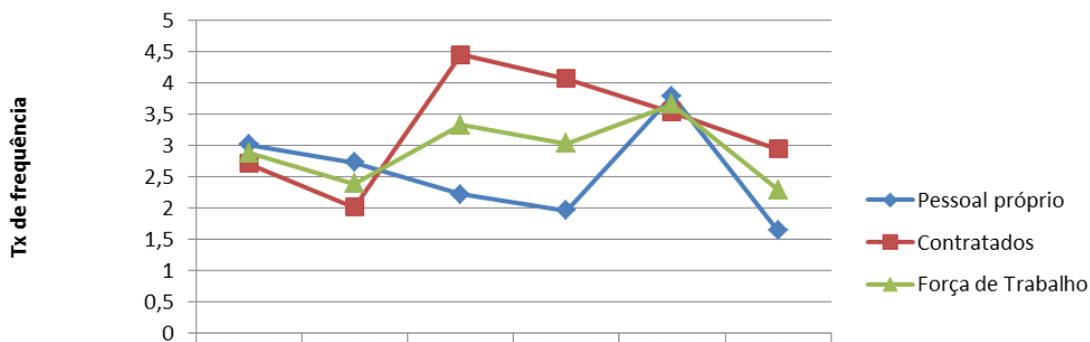
Provimento

Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-estar

Nos últimos 6 anos, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFA) da força de trabalho vem refletindo o resultado positivo das ações preventivas de Saúde, Segurança Ocupacional e Bem-estar (SSO&BE). O indicador mostra tendência de redução contínua, em aderência à meta de Acidente Zero definida pela alta direção.

Histórico da Taxa de Frequência Com Afastamento - Cemig GT



	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pessoal próprio	3,02	2,73	2,22	1,96	3,79	1,64
Contratados	2,71	2,02	4,45	4,07	3,53	2,94
Força de Trabalho	2,88	2,39	3,33	3,03	3,66	2,29

Cultura e Sociedade

Em 2014, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado.

Meio Ambiente

A Cemig historicamente possui como direcionador o cuidado ambiental em suas atividades e negócios, contribuindo para a preservação, conservação e melhoria do meio ambiente de forma sustentável.

A Cemig GT possui uma estruturada gestão que busca instrumentalizar suas atividades para serem indutoras do desenvolvimento sustentável nas regiões onde atua. Dentre elas, podem-se destacar os programas direcionados à preservação de peixes, à pesquisa e desenvolvimento em inovação e em alternativas energéticas.

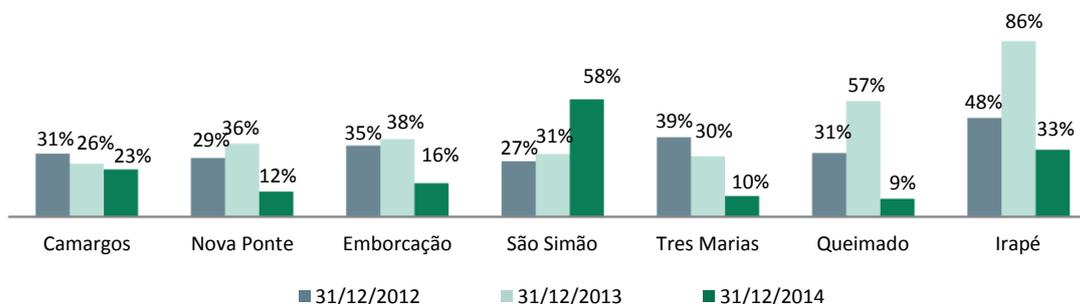
Em 2014, o valor total aplicado pela Cemig Geração e Transmissão em meio ambiente foi de R\$36,8 milhões, sendo R\$27,5 milhões na gestão ambiental e R\$9,3 milhões aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Recursos Hídricos

A qualidade da água dos reservatórios da Cemig GT é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 200 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.

A Cemig disponibiliza o banco de dados sobre o monitoramento de qualidade da água de seus reservatórios na internet, o Siságua, objetivando o compartilhamento das informações adquiridas sobre estes ecossistemas aquáticos.

Armazenamento Usinas CEMIG



Programas para a Ictiofauna

Considerando a predominância de Usinas Hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui empreendimentos.

O Programa Peixe Vivo foi lançado em junho de 2007 pela Cemig e vem atuando na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com a ajuda dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas, a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Foram produzidos cerca de 661 mil alevinos, totalizando 14 toneladas, que foram soltos em 72 peixamentos, com a participação de 2.591 pessoas das comunidades locais, em 42 municípios.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE.

Em 2014 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por auditoria independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

Gestão de Resíduos

Os materiais retirados de operação como transformadores, isoladores, sucatas, cabos e fios são enviados para o Centro de Distribuição de Materiais, área certificada com Sistema de Gestão Ambiental Cemig - SGA Nível 1.

Em 2014 foram destinados 446 toneladas de resíduos, sendo que 320 toneladas foram alienadas ou recicladas e 126 toneladas foram coprocessadas ou incineradas.

Biodiversidade

Considerando a predominância de Usinas Hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui empreendimentos.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig GT em 2014, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Benchmarking Ambiental Brasileiro

A Cemig GT foi premiada com o Programa Peixe Vivo. O Programa Benchmarking é um selo de sustentabilidade independente para reconhecer e compartilhar as melhores práticas de sustentabilidade adotadas por empresas e instituições brasileiras. Com foco na qualidade gerencial da prática, identifica empresas e gestores que são referência e exemplos a seguir pela excelência de suas práticas.

Prêmio Hugo Werneck de Sustentabilidade & Amor à Natureza

Promovido pelo Grupo Sou Ecológico, integrado pela Revista Ecológico. O Programa Peixe Vivo foi agraciado com o Prêmio Melhor Exemplo em Fauna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

1) Base de Cálculo	2014			2013		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)				7.714.717		5.230.134
Resultado Operacional (RO)				3.738.602		2.616.133
Folha de Pagamento Bruta (FPB)				257.304		252.043
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	16.699	6,49	0,22	15.178	6,02	0,29
Encargos sociais compulsórios	72.855	28,31	0,94	69.827	27,70	1,34
Previdência privada	18.960	7,37	0,25	19.372	7,69	0,37
Saúde	8.951	3,48	0,12	9.234	3,66	0,18
Segurança e medicina no trabalho	5.443	2,12	0,07	4.676	1,86	0,09
Educação	270	0,10	-	170	0,07	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	15.210	5,91	0,20	10.831	4,30	0,21
Creches ou auxílio-creche	527	0,20	0,01	524	0,21	0,01
Participação nos lucros ou resultados	54.861	21,32	0,71	58.798	23,33	1,12
Outros	4.005	1,56	0,05	4.501	1,79	0,09
Total - Indicadores Sociais Internos	197.781	76,86	2,57	193.111	76,63	3,70
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	17.240	0,46	0,22	14.008	0,54	0,27
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	7.065	0,19	0,09	5.958	0,23	0,11
Total das Contribuições para a Sociedade	24.305	0,65	0,31	19.966	0,77	0,38
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.495.067	66,74	32,35	1.816.179	69,42	34,73
Total - Indicadores Sociais Externos	2.519.372	67,39	32,66	1.836.145	70,19	35,11
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	36.820	0,97	0,48	34.810	1,33	0,66
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	36.820	0,97	0,48	34.810	1,33	0,66
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período				1.701		1.665
Nº de admissões durante o período				75		219
Nº de empregados (as) terceirizados (as)				ND		ND
Nº de estagiários (as)				64		90
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária				828		799
- 2º Grau				823		810
- 1º Grau				39		45
- Até 1º Grau incompleto				11		11
Nº de empregados (as) acima de 45 anos				755		710
Nº de mulheres que trabalham na Companhia				249		232
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				14,61		12,20
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia				516		506
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)				14,61		15,85
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais				32		20

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	32,76			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	29			NÃO HÁ META		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção e gerências	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	(X) todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() serão sugeridos	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() serão sugeridos	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() apoiará	() apoiará	(X) organizará e incentivará	() apoiará	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	no Procon __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	no Procon __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	no Procon __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%	no Procon __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2014:			Em 2013:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	44,20% governo 20,74% acionistas	6,33% colaboradores (as) 12,47% terceiros 16,26% retido		40,05% governo 20,73% acionistas	8,27% colaboradores (as) 11,72% terceiros 19,23% retido	
7) Outras Informações						

I. Em 2014, o valor total aplicado pela Cemig Geração e Transmissão em meio ambiente foi de R\$36,8 milhões, destes R\$9,3 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente e R\$ 27,5 milhões em gestão ambiental.

II. Em 2014 foram destinados 446 toneladas de resíduos, sendo que 320 toneladas foram alienadas ou recicladas e 126 toneladas foram coprocessadas, incineradas ou regeneradas. Ressalta-se que os resíduos destinados em 2014 não foram necessariamente gerados em 2014. Isto se deve ao armazenamento temporário onde os resíduos são caracterizados, segregados, acondicionados, identificados e posteriormente destinados. A alienação destes resíduos gerou uma receita de R\$ 258,7 mil para a Cemig GT.

III. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.

IV. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais, totalizando 100% de regularidade com os órgãos fiscalizadores.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2014	2013
Atendimento		
Número de consumidores	520	426
Número de empregados	1.701	1.665
Energia vendida por empregado - MWh	20.844	21.188
Mercado		
Geração própria	23.297	24.715
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	135,13	124,71
Operacionais		
Número de Usinas em Operação	51	51
Capacidade Instalada (MW)	6.820	6.529
Financeiros		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	7.715	5.230
Margem operacional - %	48,46	50,02
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	4.035	2.960
Resultado - R\$ milhões	2.089	1.811
Resultado por ação	0,7211	0,6253
Patrimônio líquido - R\$ milhões	3.487	3.815
Valor patrimonial por ação	1,2036	1,3170
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	54,76	34,14
Endividamento do patrimônio líquido - %	233,06	125,52
Liquidez Corrente	0,53	1,08
Liquidez Geral	0,39	0,80

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2015, foram deliberadas as seguintes alterações na composição do Conselho de Administração da Cemig, que passa a ser constituído da seguinte forma:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Ana Sílvia Corso Matte
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Guy Maria Villela Paschoal	Flávia Miarelli Piedade
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Otávio Marques de Azevedo	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Lauro Sander	Salvador José Cardoso de Siqueira
Bruno Gonçalves Siqueira	Rafael Pinto Queiroz Neto

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Mauro Borges Lemos	Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes	Diretor Vice-Presidente
Fabiano Maia Pereira	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
Márcio Lúcio Serrano	Diretor de Gestão Empresarial
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretoria de Desenvolvimento de Negócios
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	290.549	1.107.174
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	600.754	531.993
Consumidores e Revendedores	7	649.571	673.833
Concessionários - Transporte de Energia		37.655	29.303
Ativo Financeiro da Concessão	12	4.582	2.254
Tributos Compensáveis	8	59.877	183.549
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	109.499	67.886
Revendedores - Transações com Energia Livre		-	42.617
Dividendos a Receber		23.749	9.985
Estoques		5.596	5.574
Outros Créditos		75.143	59.434
TOTAL DO CIRCULANTE		1.856.975	2.713.602
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	10.283	49.613
Tributos Compensáveis	8	41.055	40.152
Depósitos Vinculados a Litígios	11	174.266	159.673
Transações com Partes Relacionadas		2.345	15.849
Outros Créditos		85.641	8.980
Ativo Financeiro da Concessão	12	1.268.404	776.881
Investimentos	13	4.039.033	1.519.321
Imobilizado	14	4.849.638	5.137.692
Intangíveis	15	50.396	53.276
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		10.521.061	7.761.437
TOTAL DO ATIVO		12.378.036	10.475.039

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	18	2.210.604	455.244
Debêntures	18	665.925	630.720
Fornecedores	16	309.010	214.240
Impostos, Taxas e Contribuições	17	84.237	84.552
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	905.687
Salários e Encargos Sociais		44.263	42.668
Encargos Regulatórios	19	45.727	25.177
Participações nos Lucros		24.881	32.049
Transações com Partes Relacionadas		285	29.968
Obrigações Pós-Emprego	20	34.615	31.295
Concessões a Pagar		21.025	19.534
Outras Obrigações		30.814	49.605
TOTAL DO CIRCULANTE		3.471.386	2.520.739
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	18	754.250	1.019.832
Debêntures	18	3.405.921	1.987.010
Provisões	21	92.744	56.624
Obrigações Pós-Emprego	20	546.983	523.948
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	285.727	226.768
Encargos Regulatórios	19	53.827	77.262
Concessões a Pagar		149.855	145.490
Outras Obrigações		29.500	1.116
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.420.040	4.139.283
TOTAL DO PASSIVO		8.891.426	6.660.022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	22		
Capital Social		1.700.000	893.192
Reservas de Lucros		1.309.293	2.384.711
Ajustes de Avaliação Patrimonial		477.317	537.114
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.486.610	3.815.017
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.378.036	10.475.039

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013
RECEITA	23	7.714.717	5.230.134
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(273.211)	(256.610)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.692.445)	(1.244.499)
		(1.965.656)	(1.501.109)
CUSTO	24		
Pessoal		(251.214)	(229.150)
Materiais		(13.426)	(10.320)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(282.447)	(55.597)
Serviços de Terceiros		(132.183)	(110.067)
Depreciação e Amortização		(293.602)	(339.957)
Provisões		(83.746)	(55.117)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(122.593)	(125.751)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(80.358)	(91.176)
Outros Custos Operacionais		(12.462)	(11.742)
		(1.272.031)	(1.028.877)
CUSTO TOTAL		(3.237.687)	(2.529.986)
LUCRO BRUTO		4.477.030	2.700.148
DESPESA OPERACIONAL	24		
Despesas com Vendas		(559)	253
Despesas Gerais e Administrativas		(155.307)	(202.097)
Perda na Alienação de Investimento		-	(94.080)
Outras Despesas Operacionais		(194.064)	(138.268)
		(349.930)	(434.192)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(388.498)	350.177
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		3.738.602	2.616.133
Receitas Financeiras	25	145.714	303.201
Despesas Financeiras	25	(680.204)	(506.053)
Resultado antes dos Impostos		3.204.112	2.413.281
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(1.056.188)	(673.089)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(58.959)	71.182
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.088.965	1.811.374
Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,7211	0,6253

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de Reais)

	2014	2013
RESULTADO DO PERÍODO	2.088.965	1.811.374
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado:		
Ganho/perdas atuariais relacionados a benefícios a empregados, líquido de impostos	-	40.706
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.088.965	1.852.080
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.088.965	1.852.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do período	-	-	-	1.811.374	1.811.374
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais - líquido de impostos	-	-	40.706	-	40.706
Resultado abrangente do exercício	-	-	40.706	1.811.374	1.852.080
Redução de Capital	(2.403.593)	-	-	-	(2.403.593)
Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,08 por ação)	-	-	-	(225.540)	(225.540)
Dividendos Estatutários Obrigatórios - 50% do lucro exercício (R\$0,25 por ação)	-	-	-	(713.978)	(713.978)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,02 por ação)	-	47.005	-	(47.005)	-
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(94.010)	94.010	-
Retenção de Lucros	-	918.861	-	(918.861)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017
Resultado do período	-	-	-	2.088.965	2.088.965
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais - líquido de impostos	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	2.088.965	2.088.965
Aumento de Capital	806.808	(806.808)	-	-	-
Pagamento de Dividendos Extraordinários (R\$0,41 por ação)	-	(1.200.000)	-	-	(1.200.000)
Pagamento de Dividendos Extraordinários (R\$0,02 por ação)	-	(47.005)	-	-	(47.005)
Reserva Legal	-	104.448	-	(104.448)	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,05 por ação)	-	-	-	(140.367)	(140.367)
Dividendos Intermediários Estatutários Obrigatórios - 50% do lucro exercício (R\$0,36 por ação)	-	-	-	(1.030.000)	(1.030.000)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(59.797)	59.797	-
Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	-	23.898	-	(23.898)	-
Retenção de Lucros	-	850.049	-	(850.049)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.700.000	1.309.293	477.317	-	3.486.610

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	2.088.965	1.811.374
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	296.841	343.364
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	55.439	6.076
Perdas na Alienação de Investimentos	-	94.080
Equivalência Patrimonial	388.498	(350.177)
Juros e Variações Monetárias	596.746	429.919
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.115.147	601.907
Receita referente a atualização no valor indenizável de ativos	(420.013)	(20.673)
Provisões para Perdas Operacionais	84.305	54.864
Obrigações Pós-Emprego	70.558	61.029
	4.276.486	3.031.763
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	23.703	(178.687)
Tributos Compensáveis	122.769	(159.601)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(41.613)	(202.321)
Transporte de Energia	(8.352)	36.354
Depósito Judiciais	(14.593)	(315)
Dividendos Recebidos	12.742	185.050
Ativo Financeiro	5.560	286.004
Outros	(36.270)	(5.261)
	63.946	(38.777)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	94.770	7.671
Tributos e Contribuição Social	(315)	7.937
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	31.211	-
Salários e Contribuições Sociais	1.595	(8.669)
Encargos Regulatórios	(2.885)	(15.784)
Obrigações Pós-Emprego	(44.203)	(40.957)
Concessões a pagar	5.856	17.564
Participação nos Lucros	(7.168)	-
Outros	(67.717)	5.678
	11.144	(26.560)
Caixa Gerado nas Operações	4.351.576	2.966.426
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.087.399)	(456.294)
Juros Pagos	(390.354)	(329.503)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.873.823	2.180.629
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Investimentos	(2.402.026)	-
Aporte de capital em controladas em conjunto	(532.690)	(327.038)
Caixa recebido na Alienação de Investimentos	-	71.429
No Imobilizado	(55.653)	(30.600)
No Intangível	(4.733)	(12.690)
No Ativo Financeiro	(80.358)	(91.176)
Em Títulos e Valores Mobiliários	(29.431)	(95.653)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.104.891)	(485.728)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	3.318.769	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(581.267)	(663.573)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(3.323.059)	(433.306)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(585.557)	(1.096.879)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(816.625)	598.022
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.107.174	509.152
No fim do exercício	290.549	1.107.174
	(816.625)	598.022

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	2014		2013	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	8.555.035		6.248.434	
Receita de Indenização da Transmissão	420.013		20.673	
Caixa Recebido na Alienação de Investimentos	-		71.429	
Outras Receitas	771		1.293	
Receita de Construção	80.358		91.176	
Investimentos em Imobilizado	39.984		32.696	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(559)		253	
	<u>9.095.602</u>		<u>6.465.954</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.825.590)		(1.347.285)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(294.739)		(278.389)	
Serviços de Terceiros	(221.585)		(223.881)	
Materiais	(16.428)		(68.808)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(367.449)		(59.758)	
Custos na Alienação de Investimentos	-		(165.509)	
Outros Custos Operacionais	(184.896)		(99.496)	
	<u>(2.910.687)</u>		<u>(2.243.126)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	6.184.915		4.222.828	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(296.841)		(343.364)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.888.074		3.879.464	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(388.498)		350.177	
Receitas Financeiras	145.714		303.201	
	<u>(242.784)</u>		<u>653.378</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.645.290		4.532.842	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	357.534	6,33	374.994	8,28
Remuneração direta	236.742	4,19	240.539	5,31
Benefícios	104.830	1,86	93.900	2,07
FGTS	15.905	0,28	15.046	0,33
Programas de Desligamento de Empregados	57	-	25.509	0,57
Impostos, Taxas e Contribuições	2.495.067	44,20	1.815.197	40,04
Federais	1.962.040	34,76	1.357.134	29,94
Estaduais	530.757	9,40	456.547	10,07
Municipais	2.270	0,04	1.516	0,03
Remuneração de Capitais de Terceiros	703.724	12,47	531.277	11,72
Juros	680.204	12,05	506.053	11,16
Aluguéis	23.520	0,42	25.224	0,56
Remuneração de Capitais Próprios	2.088.965	37,00	1.811.374	39,96
Juros Sobre Capital Próprio	140.367	2,49	225.540	4,98
Dividendos	1.030.000	18,25	713.978	15,75
Lucros Retidos	918.598	16,26	871.856	19,23
	<u>5.645.290</u>	<u>100,00</u>	<u>4.532.842</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não auditadas pelos auditores independentes).

Em 31 de dezembro de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$1.614.411. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando a adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado previstas para 2015 para cumprir as suas obrigações de curto prazo.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre setembro de 2009 e maio de 2010;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 13.

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012;
- Renova Energia S.A. (“Renova”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;
- Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para agosto de 2015.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A previsão para início de operação da primeira turbina é para o exercício de 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em 25 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 12 – Ativos Financeiros da concessão;
- Nota 13 – Investimentos;
- Nota 14 – Depreciação;
- Nota 15 – Amortização;
- Nota 15 – Intangíveis;
- Nota 20 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 21 – Provisões;
- Nota 23 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Notas 27 e 28 – Instrumentos Financeiros Derivativos e Mensuração pelo Valor Justo.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46- Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos - Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de “direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” e “realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente”.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (CPC 36, CPC 45 e CPC 35) – as alterações à IFRS 10 / CPC 36 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 / CPC 45 e à IAS 27 / CPC 35 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 – evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto - As alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Especificamente, as alterações estabelecem que os princípios relevantes na contabilização de uma combinação de negócios sob a IFRS 3/CPC 15 (R1) e outras normas (como o IAS 36/ CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos no que se refere ao teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa para a qual o goodwill originado na aquisição de um negócio em conjunto foi alocado) devem ser aplicados. As alterações da IFRS 11/CPC 19 (R2) aplicam-se prospectivamente para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial, somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensurados ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Lei nº 12.783, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – As Ações são classificadas como Patrimônio Líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão que foram abarcados pela Lei nº 12.783. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. Mais detalhes no item (g) Ativos Vinculados à Concessão.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Ativos Financeiros não abarcados pela Lei nº 12.783 são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis. Mais detalhes no item (g) Ativos Vinculados à Concessão.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile (cuja moeda funcional é o dólar norte-americano) são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Financeiras de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para reais utilizando-se as práticas mencionadas no parágrafo acima.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é feita com base em uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Companhia as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto que se caracterizam como “*joint ventures*” são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

A Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos foram integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (RAP), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 3, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas será objeto de indenização pelo Poder Concedente, motivo da baixa em 31 de dezembro de 2012 e constituição de um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, que é classificada como Ativo Financeiro da Concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Durante o exercício de 2014 não houve indicativo de perda de valor.

k) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde efetivamente aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

o) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas, com base na média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

q) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

r) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações ou da transação para os IFRS, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

3. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig Geração e Transmissão, incluindo as participações em consórcio e as controladas integrais, detêm junto à ANEEL, as concessões e autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas (1)			
São Simão (*)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (*)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (1)			
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	03/2000	01/2017
Usinas Termelétricas (1)			
Igarapé	Juatuba - MG	01/2001	08/2024

(1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Companhia nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14.

(*) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota

Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre – ACL. No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões de transmissão renovadas em conformidade à Lei 12.783/13

As concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade a Medida Provisória nº 579, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia é remunerada, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

Medida Provisória Nº 579 (Lei Federal nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por meio da Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe basicamente sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre modicidade tarifária.

A MP 579, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP 579, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

Conforme também previsto, as concessões não prorrogadas nos termos da MP permanecerão com os concessionários nas condições vigentes, sendo que serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos ao final de cada contrato de concessão.

Em consonância com os prazos previstos na MP 579, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579 de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões. Deve ser ressaltado que os valores de indenização divulgados para a transmissão foram parciais, não incluíram a indenização prevista para os ativos com data anterior a junho de 2000.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações no que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP 579:

Transmissão de energia elétrica

A Companhia optou por aceitar os termos da MP 579 para renovação das concessões de transmissão. As informações referentes aos valores de indenização constam da nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não aceitar os termos da MP 579 para renovação das concessões de geração de energia elétrica relacionadas a seguir, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- Cemig Geração:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/14	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/14
UHE Três Marias	jul/15	396	45.493	388.666
UHE Volta Grande	fev/17	380	24.143	64.866
UHE Salto Grande	jul/15	102	11.533	39.405
UHE Itutinga	jul/15	52	3.733	9.159
UHE Camargos	jul/15	46	6.167	20.197
PCH Piau	jul/15	18,01	1.475	8.552
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.654	13.430
PCH Peti	jul/15	9,4	1.526	8.112
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	2.028	12.731
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.576	8.207
PCH Martins	jul/15	7,7	402	2.901
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.643	1.103
PCH Paciência	jul/15	4,08	905	4.548
PCH Marmelos	jul/15	4	734	4.862
PCH Sumidouro	jul/15	2,12	1.855	1.198
PCH Anil	jul/15	2,08	530	162
PCH Poquim	jul/15	1,41	2.259	4.205
		1.063	109.656	592.304

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 31 de dezembro de 2010, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará e São Simão, cujas concessões venceram em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente, e Miranda, cuja concessão terá o seu prazo de vencimento em dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 31 de dezembro de 2014 ao valor de R\$942.809 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.136.258. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões o que, na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada no parágrafo anterior. Maiores informações na nota explicativa nº 14 – Imobilizado.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2014	Valor Presente em 2014	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	33,33	394.662	147.855	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	100,00	32.459	12.378	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.334	3.449	01/2004 a 12/2032	IGPM
Diversas PCH's e UHE's(*)	100,00	1.537	1.515	06/2013 a 07/2015	IPCA
PCH Salto Morais	100,00	161	141	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	816	646	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (**)	100,00	4.308	3.342	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras.

(**) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2014, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2014	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Porto Estrela (Consórcio)	33,33	15.782	15.517	16.424
Irapé	100,00	1.552	1.510	1.603
Queimado (Consórcio)	82,50	443	433	459
Diversas PCH's e UHE's(*)	100,00	2.589	1.515	1.537
PCH Salto Morais	100,00	28	28	28
PCH Rio de Pedras	100,00	81	80	82
Diversas PCH's (**)	100,00	391	390	400

(*) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras.

(**) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas para desconto a valor presente pela CEMIG de seus passivos, de 12,50% e 5,10%(PCH's e UHE's), representam as taxa médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2014 e 2013 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2014		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	10.811.289	1.566.747	12.378.036
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.039.033	-	4.039.033
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.995.102	80.358	3.075.460
RECEITA LÍQUIDA	7.006.924	707.793	7.714.717
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.692.445)	-	(1.692.445)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(272.919)	(292)	(273.211)
	(1.965.364)	(292)	(1.965.656)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(198.512)	(105.106)	(303.618)
Participação dos Empregados no Resultado	(38.398)	(16.463)	(54.861)
Obrigações Pós Emprego	(34.206)	(13.950)	(48.156)
Materiais	(11.100)	(5.328)	(16.428)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(282.447)	-	(282.447)
Serviços de Terceiros	(132.211)	(39.348)	(171.559)
Depreciação e Amortização	(296.841)	-	(296.841)
Provisões	(58.676)	(25.629)	(84.305)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(122.593)	-	(122.593)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(80.358)	(80.358)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(127.418)	(33.377)	(160.795)
	(1.302.402)	(319.559)	(1.621.961)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.267.766)	(319.851)	(3.587.617)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(388.498)	-	(388.498)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	3.350.660	387.942	3.738.602
Receitas Financeiras	99.595	46.119	145.714
Despesas Financeiras	(388.957)	(291.247)	(680.204)
Resultado antes do IR e CSLL	3.061.298	142.814	3.204.112
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.070.818)	(44.329)	(1.115.147)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.990.480	98.485	2.088.965

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	9.402.257	1.072.782	10.475.039
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	1.519.321	-	1.519.321
ADIÇÕES AO SEGMENTO	298.899	91.176	390.075
RECEITA LÍQUIDA	4.953.018	277.116	5.230.134
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.244.499)	-	(1.244.499)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(256.324)	(286)	(256.610)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(212.278)	(103.007)	(315.285)
Participação dos Empregados	(39.512)	(19.286)	(58.798)
Obrigação Pós Emprego	(26.751)	(13.058)	(39.809)
Material	(7.598)	(4.782)	(12.380)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(55.597)	-	(55.597)
Serviços de Terceiros	(126.427)	(40.470)	(166.897)
Depreciação e Amortização	(343.364)	-	(343.364)
Provisões	(36.869)	(17.995)	(54.864)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(125.751)	-	(125.751)
Custo de Construção	-	(91.176)	(91.176)
Perda na Alienação da TBE	-	(94.080)	(94.080)
Outras	(74.017)	(31.051)	(105.068)
	(1.048.164)	(414.905)	(1.463.069)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.548.987)	(415.191)	(2.964.178)
Resultado de Equivalência Patrimonial	67.719	282.458	350.177
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	2.471.750	144.383	2.616.133
Receitas Financeiras	209.427	93.774	303.201
Despesas Financeiras	(279.809)	(226.244)	(506.053)
Resultado antes do IR e CSLL	2.401.368	11.913	2.413.281
Imposto de Renda e Contribuição Social	(680.838)	78.931	(601.907)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.720.530	90.844	1.811.374

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	5.273	7.113
Aplicações Financeiras:		
Certificados de Depósitos Bancários	252.322	974.153
Overnight	32.954	125.908
	285.276	1.100.061
	290.549	1.107.174

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 80,00% a 109,60% conforme operação). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2014	2013
Certificados de depósitos bancários	138.872	124.488
Letras Financeiras – Bancos	350.228	327.995
Letras Financeiras do Tesouro	52.420	20.888
Debêntures	61.545	94.182
Outros	7.972	14.053
	611.037	581.606
Ativo Circulante	600.754	531.993
Ativo Não Circulante	10.283	49.613

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, na contratação.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 80% a 109,6% conforme operação).

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/12/2014	31/12/2013
Industrial	309.678	30.205	9.003	348.886	243.286
Comércio, Serviços e Outras	5.575	246	-	5.821	4.765
Suprimento a Outras Concessionárias	236.817	22.253	975	260.045	223.296
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	39.202	-	674	39.876	206.984
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(5.057)	(5.057)	(4.498)
	591.272	52.704	5.595	649.571	673.833
Ativo Circulante				649.571	673.833

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Financeiras.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2014	2013
Saldo no início do exercício	4.498	6.633
Constituições (Reversões)	559	(253)
Baixas	-	(1.882)
Saldo no final do exercício	5.057	4.498

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a Recuperar	50.929	24.425
COFINS	5.018	137.392
PASEP	1.067	19.770
Outros	2.863	1.962
	59.877	183.549
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	32.210	29.380
COFINS	7.280	8.863
PASEP	1.565	1.909
	41.055	40.152
	100.932	223.701

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2015.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2014 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2015 e registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	2014	2013
Circulante		
Imposto de Renda	86.358	50.986
Contribuição Social	23.141	16.900
	109.499	67.886

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2014	2013
ATIVO		
Obrigações Pós-Emprego	136.357	126.762
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.720	1.529
Concessão Onerosa	62.325	62.714
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308
Provisões	41.403	19.252
Outros	9.109	10.785
	276.222	246.350
PASSIVO		
Custo Atribuído	(278.510)	(307.425)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(55.954)	(80.817)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(227.341)	(84.537)
Outros	(144)	(339)
	(561.949)	(473.118)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(285.727)	(226.768)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(226.768)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(58.959)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(285.727)

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 25 de março de 2015, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 25 de março de 2015.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2014, conforme abaixo:

	2014
2015	37.016
2016	53.866
2017	28.558
2018	28.558
2019	28.558
2020 a 2022	59.799
2023 a 2024	39.867
	276.222

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2014	2013
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.204.113	2.413.281
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(1.089.398)	(820.515)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre o Capital Próprio	47.725	76.684
Incentivos Fiscais	57.690	24.310
Resultado de Equivalência Patrimonial	(132.089)	119.060
Multas Indedutíveis	(152)	(2.997)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(9.437)	(6.593)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(279)	1.037
Outros	10.793	7.107
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(1.115.147)	(601.907)
Imposto Corrente	(1.056.188)	(673.089)
Imposto Diferido	(58.959)	71.182
	(1.115.147)	(601.907)
Alíquota Efetiva	34,80%	24,94%

Lei nº 12.973/14

A Lei nº 12.973/14 estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$23.898.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	2014	2013
Trabalhistas	55.084	43.943
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.014	8.014
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233
Outros	5.313	4.625
	114.560	113.872
Outros		
Bloqueio Judicial	321	191
Regulatórios	1.869	1.271
Relações de Consumo	-	110
Outros	2.432	286
	4.622	1.858
	174.266	159.673

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à Aneel em 31 de julho de 2014, representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012, dos quais R\$285.438 já foram recebidos no 1º trimestre de 2013.

Em 23 de fevereiro de 2015, a Aneel enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, que atualizado até 31 de dezembro de 2014, corresponde ao valor de R\$1.239.039.

Os valores registrados correspondentes a indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até 31 de dezembro de 2012 e objetos do Laudo mencionado acima, correspondem ao valor de R\$596.903, já líquidos dos R\$285.438 recebidos.

Dessa forma, a Companhia registrou no resultado de 2014 a diferença entre o valor do Laudo preliminarmente fiscalizado pela Aneel, que corresponde a uma indenização de R\$953.601 (líquido dos R\$285.438 já recebidos) e o valor contábil de R\$596.903, o que correspondeu a uma receita de R\$356.698.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	2014	2013
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	953.601	533.588
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	276.659	200.586
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	42.726	44.961
	1.272.986	779.135
Circulante	4.582	2.254
Não Circulante	1.268.404	776.881

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	2014
Saldo em 01 de janeiro de 2013	1.005.420
Adição	91.176
Recebimentos	(288.874)
Resolução Normativa nº 589/13 - Estorno da Provisão para Ajuste	23.543
Resolução Normativa nº 589/13 - Transferências Financeiro X Imobilizado – Intangível	(51.552)
Baixas	(578)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135
Adições	80.358
Recebimentos	(5.560)
Receita reconhecida referente ajuste no valor da indenização de transmissão	420.013
Transferências entre Imobilizado e Financeiro e Intangível	(944)
Baixas	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	2014	2013
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	33.922
Guanhães Energia	67.428	67.428
Hidrelétrica Pipoca	28.807	25.069
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	778.206	642.585
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	603.887	-
Lightger	38.900	40.076
Baguari Energia	193.351	199.411
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	61.201
Central Eólica Volta do Rio	84.023	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	60.948
Amazônia Energia	394.238	310.797
Aliança	3.323	-
Retiro Baixo	149.944	-
Renova	1.538.299	-
	4.039.033	1.519.321

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	31/12/2014
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	8.393	-	(8.019)	34.296
Guanhães Energia	67.428	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	25.069	4.845	-	(1.107)	28.807
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	642.585	(293.746)	429.367	-	778.206
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	-	(93.909)	697.796	-	603.887
Baguari Energia	199.411	8.135	-	(14.195)	193.351
Central Eólica Praias Parajuru	61.201	2.170	-	(1.372)	61.999
Central Eólica Volta do Rio	77.884	6.185	-	(46)	84.023
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	2.032	-	(648)	62.332
Lightger	40.076	(57)	-	(1.119)	38.900
Amazônia Energia	310.797	(17.135)	100.576	-	394.238
Aliança	-	-	3.323	-	3.323
Retiro Baixo	-	(3.639)	153.583	-	149.944
Renova	-	(11.772)	1.550.071	-	1.538.299
	1.519.321	(388.498)	2.934.716	(26.506)	4.039.033

Sociedades	Saldo em 01/01/ 2013	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	Alienação EBTE (*) TAESA	31/12/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	8.481	-	(6.994)	-	-	33.922
Guanhães Energia	20.001	(891)	48.318	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	20.419	4.419	-	231	-	-	25.069
Madeira Energia	427.944	46.931	167.710	-	-	-	642.585
Baguari Energia	193.845	7.369	-	(1.841)	38	-	199.411
EBTE	153.618	11.890	-	-	-	(165.508)	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	1.211	-	-	(1)	-	61.201
Central Eólica Volta do Rio	74.136	3.749	-	-	(1)	-	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	(1.403)	-	-	(1)	-	60.948
TAESA	2.251.094	270.568	-	(118.070)	-	(2.403.592)	-
Lightger	40.265	1.336	-	(1.525)	-	-	40.076
Amazônia Energia	203.272	(3.483)	111.008	-	-	-	310.797
	3.539.372	350.177	327.036	(128.199)	35	(2.569.100)	1.519.321

c) As principais informações sobre as controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	69.991	49,00	35.000	69.228
Guanhães Energia	137.607.800	49,00	137.608	137.608	49,00	52.000	137.608
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.789	49,00	41.360	51.162
Madeira Energia (*)	9.455.705.724	17,76	9.455.706	7.782.055	10,00	6.746.672	6.425.851
Baguari Energia	26.157.300	69,39	261.573	278.653	69,39	10	287.380
Central Eólica Praias de Parajuru (*)	70.560.000	49,00	70.560	126.529	49,00	70.560	124.900
Central Eólica Volta do Rio (*)	117.230.000	49,00	117.230	171.476	49,00	117.230	158.947
Central Eólica Praias de Morgado (*)	52.960.000	49,00	52.960	127.208	49,00	52.960	124.384
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	79.388	49,00	79.232	81.787
Amazônia Energia	562.670.000	74,50	562.670	529.178	74,50	427.669	417.177
Retiro Baixo (*)	222.850.000	49,90	217.350	300.489	-	-	-
Renova (*)	87.347.396	27,37	2.567.613	5.620.383	-	-	-

* Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a dezembro de 2014		Janeiro a dezembro de 2013	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	16.365	17.129	14.273	17.309
Guanhães Energia	137.607.800	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	2.259	9.887	-	9.516
Madeira Energia	9.455.705.724	-	(2.182.742)	-	(47.738)
Baguari Energia	26.157.300	20.456	11.758	4.086	10.639
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	2.800	4.429	-	7.086
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	94	12.622	-	11.186
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	1.322	4.147	-	2.836
Lightger	79.078.937	2.284	(101)	3.112	1.869
Amazônia Energia	562.670.000	-	(10.514)	-	(4.676)
Retiro Baixo	222.850.000	-	(7.292)	-	-
Renova	87.347.396	-	(43.011)	-	-

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2014 e 2013, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2014	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo
Ativo						
Circulante	22.997	96.489	34.004	1.476.582	18.559	12.260
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.414	14.583	27.055	241.159	12.979	3.169
Outros Ativos Circulantes	3.583	81.906	6.949	1.235.423	5.580	9.091
Não circulante	90.969	227.611	510.416	22.151.667	104.033	453.090
Total do ativo	113.966	324.100	544.420	23.628.249	122.592	465.350
Passivo						
Circulante	13.714	39.340	406.812	1.961.267	7.182	19.555
Fornecedores	1.539	8.997	898	1.281.660	40	417
Não circulante	30.261	6.107	-	13.884.927	56.621	145.306
Patrimônio Líquido	69.991	278.653	137.608	7.782.055	58.789	300.489
Total do passivo	113.966	324.100	544.420	23.628.249	122.592	465.350
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	30.258	55.511	-	1.858.446	25.121	54.710
Custo das vendas	(9.552)	(45.742)	-	(3.193.806)	(9.282)	(34.853)
Depreciação e Amortização	(2.645)	(8.815)	-	(296.474)	(3.120)	(2.668)
Lucro bruto	20.706	9.769	-	(1.335.360)	15.839	19.857
Despesas gerais e administrativas	(779)	(437)	-	(202.039)	(1.454)	(4.012)
Resultado financeiro líquido	(1.024)	8.009	-	(602.297)	(3.162)	(11.874)
Receitas Financeiras	2.124	8.575	-	56.754	1.480	1.003
Despesas Financeiras	(3.148)	(566)	-	(659.051)	(4.642)	(12.877)
Resultado operacional	18.903	17.341	-	(2.139.696)	11.223	3.971
Imposto de renda e contribuição social	(1.774)	(5.583)	-	4.814	(1.335)	(2.084)
Resultado Líquido do Exercício	17.129	11.758	-	(2.134.882)	9.888	1.887
Resultado Abrangente do Período						
Resultado Líquido do Exercício	17.129	11.758	-	(2.134.882)	9.888	1.887
Resultado Abrangente do Período	17.129	11.758	-	(2.134.882)	9.888	1.887

Em 31 de dezembro de 2014	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo						
Circulante	847.268	14.638	26.549	41.069	20.575	469
Caixa e Equivalentes de Caixa	595.516	4.040	3.769	3.813	16.441	458
Outros Ativos Circulantes	251.752	10.598	22.780	37.256	4.134	11
Não circulante	8.402.093	204.275	224.175	304.927	171.209	528.815
Total do ativo	9.249.361	218.913	250.724	345.996	191.784	529.284
Passivo						
Circulante	655.977	17.247	22.029	26.225	10.081	106
Fornecedores	129.564	1.784	2.492	2.427	1.186	105
Não circulante	2.973.001	75.137	101.487	148.295	102.315	-
Patrimônio Líquido	5.620.383	126.529	127.208	171.476	79.388	529.178
Total do passivo	9.249.361	218.913	250.724	345.996	191.784	529.284
Demonstração do Resultado						
Receita líquida de vendas	163.062	27.446	35.021	54.775	31.672	-
Custo de produção	(111.246)	(12.689)	(16.423)	(24.547)	(24.019)	-
Depreciação e Amortização	(30.861)	(8.602)	(10.115)	(17.018)	(10.551)	-
Lucro bruto	51.816	14.757	18.598	30.228	7.653	-
Despesas gerais e administrativas	(13.783)	(1.044)	(1.304)	(2.803)	(377)	(23.005)
Resultado financeiro líquido	(45.014)	(5.291)	(7.784)	(11.251)	(5.664)	27
Receitas Financeiras	24.088	833	845	1.210	2.102	27
Despesas Financeiras	(69.102)	(6.124)	(8.629)	(12.461)	(7.766)	-
Resultado operacional	(6.981)	8.422	9.510	16.174	1.612	(22.978)
Imposto de renda e contribuição social	(6.273)	(927)	(1.266)	(1.490)	(1.713)	-
Resultado Líquido do Exercício	(13.254)	7.495	8.244	14.684	(101)	(22.978)
Resultado Abrangente do Período						
Resultado Líquido do Exercício	(13.254)	7.495	8.244	14.684	(101)	(22.978)
Resultado Abrangente do Período	(13.254)	7.495	8.244	14.684	(101)	(22.978)

Em 31 de dezembro de 2013	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	27.067	69.680	24.300	700.921	18.394
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.667	26.516	22.649	298.370	13.658
Não circulante	93.282	239.014	242.643	19.318.985	107.163
Total do ativo	120.349	308.694	266.943	20.019.906	125.557
Passivo					
Circulante	9.765	17.749	124.025	1.028.707	11.541
Fornecedor	1.484	5.433	1.392	309.516	-
Não circulante	41.357	3.565	5.310	12.565.348	62.854
Patrimônio Líquido	69.227	287.380	137.608	6.425.851	51.162
Total do passivo	120.349	308.694	266.943	20.019.906	125.557
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	28.612	48.692	-	1.300.586	22.844
Custo das vendas	(7.348)	(36.407)	-	(929.565)	(7.162)
Depreciação	(2.619)	14.782	-	(230.612)	(3.120)
Lucro bruto	21.264	12.285	-	371.021	15.682
Despesas gerais e administrativas	(486)	-	-	(100.430)	(1.003)
Resultado financeiro líquido	(1.873)	4.166	-	(305.781)	(4.054)
Receita Financeira	1.303	4.818	-	18.115	1.023
Despesa Financeira	(3.176)	(652)	-	(323.896)	(5.077)
Resultado operacional	18.905	16.451	-	(35.190)	10.625
Imposto de renda e contribuição social	(1.596)	(5.812)	-	(12.548)	(1.109)
Resultado Líquido do Exercício	17.309	10.639	-	(47.738)	9.516
Resultado Abrangente do Período					
Resultado Líquido do Exercício	17.309	10.639	-	(47.738)	9.516
Resultado Abrangente do Período	17.309	10.639	-	(47.738)	9.516

Em 31 de dezembro de 2013	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo					
Circulante	10.403	7.882	30.194	21.381	287
Caixa e Equivalentes de Caixa	808	1.966	743	17.703	274
Não circulante	164.901	177.567	291.351	181.651	416.890
Total do ativo	175.304	185.449	321.545	203.032	417.177
Passivo					
Circulante	15.959	18.334	34.714	11.351	-
Fornecedor	873	368	875	1.434	-
Não circulante	83.264	111.246	162.247	109.894	-
Patrimônio Líquido	76.081	55.869	124.584	81.787	417.177
Total do passivo	175.304	185.449	321.545	203.032	417.177
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	29.708	28.028	51.783	29.149	-
Custo de produção	(13.706)	(14.441)	(23.486)	(19.458)	-
Depreciação	(9.604)	(10.120)	(16.897)	(59)	-
Lucro bruto	16.002	13.587	28.297	9.691	-
Despesas gerais e administrativas	(1.347)	(1.435)	(2.922)	(417)	(601)
Resultado financeiro líquido	(6.679)	(8.804)	(12.487)	(6.371)	(4.075)
Receita Financeira	639	358	1.354	2.010	14
Despesa Financeira	(7.318)	(9.162)	(13.841)	(8.381)	(4.089)
Resultado operacional	7.976	3.348	12.888	2.903	(4.676)
Imposto de renda e contribuição social	(890)	(512)	(1.702)	(1.034)	-
Resultado Líquido do Exercício	7.086	2.836	11.186	1.869	(4.676)
Resultado Abrangente do Período					
Resultado Líquido do Exercício	7.086	2.836	11.186	1.869	(4.676)
Resultado Abrangente do Período	7.086	2.836	11.186	1.869	(4.676)

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2014, R\$20.998.021 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de dezembro de 2014, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$3.729.248. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 31 de dezembro de 2014, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$481.706. A Administração da MESA possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas, dos quais R\$2.777.110 foram aportados em 2014 (R\$1.677.100 em 2013), bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada, no montante de R\$1.190.000.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

A Companhia reconheceu resultado de equivalência patrimonial negativo relativo às suas participações diretas e indiretas na MESA, no montante de R\$387.655 em 31 de dezembro de 2014 (R\$46.931 de equivalência patrimonial positiva em 31 de dezembro de 2013), decorrente, principalmente, do reconhecimento em 2014, pela MESA, de despesas relacionadas à: (i) compra de energia no mercado de curto prazo – CCEE; (ii) alocação do GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração), e (iii) FID – Fator de Disponibilidade.

Em 21 de outubro de 2014, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos Acionistas da MESA, na qual foi aprovado aumento do capital social da MESA, por maioria, no valor de R\$ 1,59 bilhão.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Aumento de participação mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)

No dia 06 de junho de 2014 foram alienadas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas (“Operação”), correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA.

Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,87% na MESA.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até a data de encerramento da concessão, em junho de 2043.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:

	Valores justos das participações adquiridas (7,87%)
Investimentos	1.099.450
Intangível	258.683
Imposto de Renda Diferido	(87.952)
Total da participação adquirida pela Companhia	697.796

Na data da aquisição, o valor justo dos ativos líquidos, proporcional a participação adquirida era de R\$527.055, sendo a diferença em relação ao valor da contraprestação transferida, no valor de R\$170.741, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada..

Adicionalmente ao valor pago de R\$697.796 para compra de 7,87% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R\$81.000, no quarto trimestre de 2014.

SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras.

A principal variável com efeito sobre o cálculo da opção é a taxa de desconto. Em uma análise de sensibilidade, a alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R\$32 milhões no valor da opção.

Com base nos estudos realizados, a Cemig GT registrou obrigações de R\$29.028 no resultado do exercício de 2014 decorrentes da melhor estimativa de perda dessas opções.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e a participação é de 9,77%. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão Nº 001/2010 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda, de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% será destinada ao mercado livre (ACL).

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Conclusão da entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova

A Cemig GT celebrou, em 2013, Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações ordinárias da Renova.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”). Ao todo foram adquiridas 51% das ações ordinárias da Brasil PCH.

A aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Cemig GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

O Conselho de Administração da Renova aprovou em 20 de fevereiro de 2014 a atualização do aumento de capital da Renova, constante no Acordo de Investimento, pela correção do CDI desde 31/12/2012 até 20/02/2014, resultando em R\$1.550.071 equivalentes a R\$0,0177789 por ação.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.128.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014, no valor de R\$810.128, e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley, no valor de R\$739.943.

Estes recursos, no montante de R\$1.550.071, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova.

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova, o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0177789 por ação, totalizando uma capitalização de R\$1.550.265, das quais 87.186.035 ações ordinárias pertencentes à Cemig GT, no valor total de R\$1.550.071.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Renova:

	Valores justos das participações adquiridas (27,37%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	56.124
Contas a receber	10.478
Outros Ativos	94.239
Investimentos	204.579
Ativo Imobilizado	1.026.968
Ativo intangível	1.295.222
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(697.164)
Impostos diferidos	(440.375)
Total dos ativos líquidos	1.550.071
AFAC Chipley para aquisição das ações da Brasil PCH	739.943
AFAC Renova	810.128

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,10	-	-	188.309.629	59,12
RR Participações	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
Light Energia	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
CEMIG GT	87.186.035	36,62	-	-	87.186.035	27,38
Outros Acionistas	49.786.482	20,90	80.408.816	100,00	130.195.298	40,88
RR Participações	9.560.093	4,02	-	-	9.560.093	3,00
BNDESPAR	9.311.425	3,91	18.622.850	23,16	27.934.275	8,77
InfraBrasil	11.651.467	4,89	23.302.933	28,98	34.954.400	10,97
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,30	10.940.586	13,61	16.410.879	5,15
Outros	13.793.204	5,78	27.542.447	34,25	41.335.651	12,99
Total	238.096.111	100,00	80.408.816	100,00	318.504.927	100,00

Realização de acordo de investimento entre Renova Energia e Cemig GT para participação em novos parques eólicos

No dia 17 de julho de 2014 foi celebrado um Acordo de Investimento entre a Cemig e a Renova para desenvolvimento de um projeto eólico na região de Jacobina na Bahia. Esse acordo previa a participação de 50% da Cemig no projeto. No dia 22 de outubro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a celebração deste Acordo do Investimento.

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética (“RBE”)

A Cemig GT concluiu, em 5 de setembro de 2014, a aquisição de 49,90% de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A (“RBE”). A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios.

O valor da consideração transferida relativa à participação indireta adquirida correspondeu a R\$150.837.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição de outubro de 2014 até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A.:

	Valores justos das participações adquiridas (49,90%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo Intangível	48.760
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
Total dos ativos líquidos	150.837

Na data da aquisição o valor justo dos ativos, proporcional a participação adquirida era de R\$118.656, sendo a diferença em relação ao valor justo da contraprestação transferida, no valor de R\$32.181, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

14. IMOBILIZADO

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As taxas anuais de depreciação são por definidas por tipo de bem, conforme a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	2014			2013		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	16.455.764	(11.807.745)	4.648.019	16.471.433	(11.541.901)	4.929.532
Terrenos	375.841	(9.151)	366.690	375.841	(4.405)	371.436
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.166.711	(5.113.666)	2.053.045	7.166.760	(4.988.691)	2.178.069
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.055.303	(1.503.526)	551.777	2.068.976	(1.495.119)	573.857
Máquinas e Equipamentos	6.814.701	(5.151.026)	1.663.675	6.818.298	(5.025.349)	1.792.949
Veículos	28.814	(19.580)	9.234	29.423	(17.477)	11.946
Móveis e Utensílios	14.394	(10.796)	3.598	12.135	(10.860)	1.275
Em Curso	201.619	-	201.619	208.160	-	208.160
Imobilizado Líquido	16.657.383	(11.807.745)	4.849.638	16.679.593	(11.541.901)	5.137.692

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Saldo em 31/12/2013	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2014
Em Serviço	4.929.532	-	14.115	(6.347)	(289.281)	4.648.019
Terrenos	371.436	-	-	-	(4.746)	366.690
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.178.069	-	(57)	-	(124.967)	2.053.045
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	573.857	-	790	(706)	(22.164)	551.777
Máquinas e Equipamentos	1.792.949	-	10.856	(5.588)	(134.542)	1.663.675
Veículos	11.946	-	2	(26)	(2.688)	9.234
Móveis e Utensílios	1.275	-	2.524	(27)	(174)	3.598
Em Curso	208.160	55.653	(13.171)	(49.023)	-	201.619
Imobilizado Líquido	5.137.692	55.653	944	(55.370)	(289.281)	4.849.638

	Saldo em 01/01/2013	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2013
Em Serviço	5.202.583	-	69.253	(5.497)	(336.807)	4.929.532
Terrenos	374.817	-	3.322	(1)	(6.703)	371.436
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.325.883	-	8.130	(41)	(155.903)	2.178.069
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	609.891	-	(333)	(3.150)	(32.551)	573.857
Máquinas e Equipamentos	1.885.362	-	49.505	(2.306)	(139.612)	1.792.949
Veículos	6.103	-	7.766	-	(1.923)	11.946
Móveis e Utensílios	527	-	863	-	(115)	1.275
Em Curso	211.690	30.600	(34.130)	-	-	208.160
Imobilizado Líquido	5.414.273	30.600	35.123	(5.497)	(336.807)	5.137.692

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	2014	2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	3,68	38.917	38.826
Usina Igarapava	14,50	2,50	58.638	58.295
Usina de Funil	49,00	4,21	183.446	183.229
Usina de Queimado	82,50	4,00	212.531	212.531
Usina de Aimorés	49,00	3,75	548.781	552.204
Depreciação acumulada			(295.704)	(256.009)
Total em operação			746.609	789.076
Em curso				
Usina de Queimado	82,50		1.704	1.626
Usina de Funil	49,00		73	205
Usina de Aimorés	49,00		416	147
Usina Igarapava	14,50		56	358
Usina Porto Estrela	33,33		8	89
Total em construção			2.257	2.425

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Epícares Empreendimentos e Participações LTDA	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Renovação da concessão da Usina de Jaguará

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Em 14 de maio de 2014, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) iniciou o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia ("MME") que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto último, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará ("Jaguará"), nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97.

O julgamento foi retomado em 14 de agosto de 2014, nesta ocasião, porém, o julgamento foi adiado a pedido do Ministro Mauro Campbell Marques, que havia pedido vista dos autos na sessão de julgamento do dia 14 de maio de 2014.

O STJ retomou o julgamento no dia 27 de agosto de 2014, no entanto, a Cemig GT, que anexou documentos e memorial aos autos do processo, solicitou o adiamento do julgamento, sendo o pleito deferido pelo ministro Mauro Campbell.

No dia 10 de setembro de 2014 foi retomado o julgamento, e o Ministro Campbell, que havia pedido vista do processo, votou pela denegação da segurança pleiteada pela Companhia. Ato contínuo, o julgamento foi suspenso em virtude de um novo pedido de vista formulado pelo Ministro Benedito Gonçalves. Foi retomado o julgamento no dia 10 de dezembro de 2014, tendo o Ministro Benedito denegado da segurança. Houve novo pedido de vista feito pela Ministra Assusete Magalhães.

Dessa forma, o julgamento foi suspenso e tem um resultado parcial de dois votos favoráveis e quatro contrários ao pedido de prorrogação da Cemig GT.

Atualmente, os autos se encontram conclusos à Ministra Assusete Magalhães e o julgamento será retomado em 2015.

Por fim, ressalta-se que faltam votar, ainda, os Ministros Assusete Magalhães e Sérgio Kukina, da 1ª Seção do STJ. Continua vigente a liminar deferida para que a Cemig GT continue a explorar o serviço de geração na UHE Jaguará, nos termos do Contrato nº 007/1997, até o julgamento final do Mandado de Segurança. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta.

A Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

Renovação da concessão da Usina de São Simão

Em 03 de junho de 2014, a companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da usina de São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da Aneel decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) que seja negada a renovação da Concessão da usina de São Simão por entender que a Cemig não realizou o pedido de prorrogação dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 12.783/13.

Por meio de Despacho MME, s/nº, de 28 de agosto de 2014, publicado em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolizou Recurso Hierárquico perante o MME, com pedido de reconsideração, requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos.

Em 16 de setembro de 2014, o MME, por meio do Ofício nº 239/2014, solicitou manifestação da Cemig GT quanto ao interesse de permanecer responsável pela prestação do serviço público de geração de energia elétrica da UHE São Simão. Em resposta (Carta DPR-0558A/2014), a concessionária ressaltou que se reserva no direito de pronunciar sobre a manutenção da mencionada usina após o julgamento definitivo no âmbito administrativo (Recurso Hierárquico) e judicial (referente à UHE Jaguará, mesma situação jurídica e fática).

Em 04 de novembro de 2014, a Cemig GT recebeu novo Ofício nº 332/2014, para manifestar o interesse em permanecer responsável pela prestação do serviço, ressaltando que a não manifestação explícita seria entendida como uma negativa à solicitação do MME. Em resposta a esse Ofício, a Companhia reiterou, em 17 de novembro de 2014, o disposto na Carta DPR-0558A/2014.

O Recurso Hierárquico ainda se encontra pendente de apreciação pelo MME e pela Presidente da República.

Em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança, perante o STJ, com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão com base na Cláusula 4ª do Contrato nº 007/1997.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permaneça no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança nº 20.432/DF (referente à UHE Jaguará), ou, até reexame do pleito ora deferido, caso não ocorra a finalização da apreciação em até 45 dias após o início das atividades judicantes da Primeira Seção no ano de 2015.

15. INTANGÍVEIS

A taxa de amortização média anual é de 20,0%, considerando as taxas determinadas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	31/12/2014			31/12/2013		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	99.716	(59.255)	40.461	97.280	(51.871)	45.409
Servidão	13.467	(1.957)	11.510	13.405	(1.318)	12.087
Concessão Onerosa	34.649	(14.757)	19.892	34.649	(11.264)	23.385
Outros	51.600	(42.541)	9.059	49.226	(39.289)	9.937
Em Curso	9.935	-	9.935	7.867	-	7.867
Ativos em formação	9.935	-	9.935	7.867	-	7.867
Intangível Líquido	109.651	(59.255)	50.396	105.147	(51.871)	53.276

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	31/12/2013	Adição	Amortização	Transferências	2014
Em Serviço	45.409	-	(7.613)	2.665	40.461
Servidão	12.087	-	(639)	62	11.510
Concessão Onerosa	23.385	-	(3.493)	-	19.892
Outros	9.937	-	(3.481)	2.603	9.059
Em Curso	7.867	4.733	-	(2.665)	9.935
Ativos em formação	7.867	4.733	-	(2.665)	9.935
Total	53.276	4.733	(7.613)	-	50.396

	01/01/2013	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	2013
Em Serviço	29.807	9.221	-	(6.558)	12.939	45.409
Servidão	11.111	-	-	(586)	1.562	12.087
Concessão Onerosa	16.766	9.221	-	(2.602)	-	23.385
Outros	1.930	-	-	(3.370)	11.377	9.937
Em Curso	34.108	3.469	(33.201)	-	3.490	7.867
Ativos em formação	34.108	3.469	(33.201)	-	3.490	7.867
Total	63.915	12.690	(33.201)	(6.558)	16.429	53.276

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	2014	2013
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	225.112	161.708
Materiais e Serviços	83.898	52.845
	309.010	214.553
Circulante	309.010	214.240
Não Circulante (*)	-	313

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos não circulantes

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	2014	2013
Circulante		
ICMS	38.226	38.441
PASEP	5.802	6.427
COFINS	26.727	29.613
INSS	4.351	4.365
ISSQN	1.086	1.015
Outros	8.045	4.691
	84.237	84.552
Não Circulante		
PASEP	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175
	101.233	101.233
	185.470	185.785

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 9 destas Demonstrações Financeiras.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	31/12/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2024	1,78	EURO	554	9.972	10.526	-
Dívida em Moeda Estrangeira				554	9.972	10.526	-
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10 do CDI	R\$	558.828	360.000	918.828	915.693
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.909	80.758	88.667	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	500
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85 do CDI	R\$	1.483.984	-	1.483.984	-
		TJLP + 5,00 e TJLP					
FINEP	2018	+2,50	R\$	3.474	8.621	12.095	13.271
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00 do CDI	R\$	155.670	294.899	450.569	449.124
Consórcio Pipoca (3)	2015	IPCA	R\$	185	-	185	185
Dívida em Moeda Nacional				2.210.050	744.278	2.954.328	1.475.076
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.210.604	754.250	2.964.854	1.475.076
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)							
	2031	IGP-M	R\$	-	-	-	59.352
Debêntures (1) – 2ª série – 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68	R\$	554.158	-	554.158	1.024.686
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90	R\$	49.360	479.506	528.866	518.318
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00	R\$	12.302	235.970	248.272	233.127
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20	R\$	42.597	790.445	833.042	782.247
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	R\$	1.172	500.000	501.172	-
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 0,70	R\$	6.336	1.400.000	1.406.336	-
Total de Debêntures				665.925	3.405.921	4.071.846	2.617.730
Total Geral Consolidado				2.876.529	4.160.171	7.036.700	4.092.806

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
 (2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
 (3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
Indexadores									
IPCA (1)	609.243	-	-	117.960	117.973	260.883	260.883	268.708	1.635.650
CDI (2)	2.255.349	1.007.401	1.327.012	700.000	-	-	-	-	5.289.762
TJLP (3)	11.383	10.765	10.766	9.982	7.631	7.631	7.631	34.973	100.762
EURO	554	1.108	1.108	1.108	1.108	1.108	1.108	3.324	10.526
Total	2.876.529	1.019.274	1.338.886	829.050	126.712	269.622	269.622	307.005	7.036.700

- (1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA
 (2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda – variação %	2014	2013	Indexador – variação %	2014	2013
Euro	0,02	19,70	IPCA	6,41	5,91
			CDI	10,81	8,05

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	4.655.963
Variação Monetária e Cambial	117.772
Encargos Financeiros Provisonados	312.147
Encargos Financeiros Pagos	(329.503)
Amortização de Financiamentos	(663.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.092.806
Financiamentos Obtidos	3.318.769
Variação Monetária e Cambial	102.533
Encargos Financeiros Provisonados	494.213
Encargos Financeiros Pagos	(390.354)
Amortização de Financiamentos	(581.267)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.036.700

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a dezembro de 2014.

Captações de Recursos

As captações de recursos durante o período de janeiro a dezembro de 2014 estão demonstradas a seguir:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Valor Captado
Moeda Estrangeira			
KFW	2024	1,78	9.916
Total em Moeda Estrangeira			9.916
Moeda Nacional			
Debêntures – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85	505.368
FINEP	2018	TJLP + 8,00	3.485
Nota Promissória – 5ª Emissão	2015	106,85 do CDI	1.400.000
Debêntures – 5ª Emissão	2018	CDI + 0,70	1.400.000
Total em Moeda Nacional			3.308.853
Total de Captações			3.318.769

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 na data de emissão, 27 de junho de 2014, totalizando R\$1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e aquisições de participações societárias efetuadas no ano pela Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 22 de junho de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 106,85% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 5ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 17 de dezembro de 2014, a Cemig GT concluiu a sua 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de distribuição, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja, 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. As debêntures têm prazo de quatro anos a contar da data de emissão, com vencimento em 10 de dezembro de 2018, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,70% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em 2 (duas) parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira devida em 10 de dezembro de 2017, de 50% do Valor Nominal Unitário, e a segunda devida em 10 de dezembro de 2018, do saldo do Valor Nominal Unitário. A 5ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Aquisição facultativa das debêntures da Cemig emitidas para construção e implantação da UHE Irapé

A Cemig, nos anos de 2002 a 2006, realizou uma série de emissões de debêntures simples, da espécie subordinada, para distribuição privada, com subscrição pelo Estado de Minas Gerais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.954/01 e com a finalidade de aplicar os recursos na construção e implantação da UHE Irapé.

Em dezembro de 2014, a Cemig GT promoveu a liquidação antecipada das referidas debêntures. O valor negociado para o pré-pagamento das debêntures, de R\$90.000, representa o valor descontado dos pagamentos nas respectivas datas de vencimento (entre 2027 e 2031).

O pré-pagamento representou uma despesa financeira de R\$26.789, registrada no resultado do exercício, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	2014
Nota Promissória e Aval	6.459.922
Recebíveis	12.095
Sem Garantia	564.683
TOTAL	7.036.700

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2014, possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
Governo do Estado de Minas Gerais	2031	Não há	IGP-M	-	59.352
2ª série – 2ª Emissão	2015	Não há	IPCA + 7,68	554.158	1.024.686
1ª série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	528.866	518.318
2ª série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	248.272	233.127
3ª série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	833.042	782.247
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85	501.172	-
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 0,70	1.406.336	-
TOTAL				4.071.846	2.617.730

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria.

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

Em 31 de dezembro de 2014, esta cláusula restritiva foi atendida.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2014	2013
Reserva Global de Reversão – RGR	12.898	24.650
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.255	2.014
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.067	1.473
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.118	5.109
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	4.160	3.673
Pesquisa e Desenvolvimento	70.837	63.600
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.219	1.920
	99.554	102.439
Passivo Circulante	45.727	25.177
Passivo Não Circulante	53.827	77.262

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) com base em 31 de dezembro de 2014.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$180.924 em 31 de dezembro de 2014 (R\$182.791 em 31 de dezembro de 2013). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que o cálculo atuarial apresenta um passivo líquido com fundo de pensão menor que o saldo da dívida. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	1.823.736	235.675	6.394	158.605	2.224.410
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.813.406)	-	-	-	(1.813.406)
Passivo Líquido do Plano	10.330	235.675	6.394	158.605	411.004
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	22.088	-	-	-	22.088
Passivo Líquido ajustado	32.418	235.675	6.394	158.605	433.092
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	148.506	-	-	-	148.506
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	180.924	235.675	6.394	158.605	581.598

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o passivo líquido com suplementação de aposentadoria informado no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2013	1.647.773	225.949	6.425	140.078	2.020.225
Custo do Serviço Corrente	1.731	1.456	42	805	4.034
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	194.967	27.922	794	17.137	240.820
Perdas (Ganhos) Atuariais	128.265	(3.052)	(401)	3.453	128.265
Benefícios pagos	(149.000)	(16.600)	(466)	(2.868)	(168.934)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014	1.823.736	235.675	6.394	158.605	2.224.410

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro 2013	1.732.098
Retorno real dos Investimentos	206.039
Contribuições do Empregador	24.269
Benefícios pagos	(149.000)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	1.813.406

Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2014 e 2013 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.731	1.456	42	805	4.034
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	194.967	27.922	794	17.137	240.820
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(206.821)	-	-	-	(206.821)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	(10.123)	29.378	836	17.942	38.033
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	10.123	-	-	-	10.123
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	22.402	-	-	-	22.402
Despesa Total em 2014	22.402	29.378	836	17.942	70.558

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	2.803	3.584	99	2.048	8.354
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	184.249	16.096	428	15.686	216.459
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(163.965)	-	-	-	(163.965)
Despesa total em 2013	23.087	19.680	527	17.734	61.028

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 01 de janeiro de 2013	239.441	182.826	4.874	169.706	596.847
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	23.087	19.680	527	17.734	61.028
Contribuições Pagas	(22.835)	(14.878)	(434)	(2.810)	(40.957)
Perdas (Ganhos) atuariais	(56.902)	38.321	1.458	(44.552)	(61.675)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243
Despesa Reconhecida no Resultado	22.402	29.378	836	17.942	70.558
Contribuições Pagas	(24.269)	(16.600)	(466)	(2.868)	(44.203)
Perdas (Ganhos) atuariais	-	(3.052)	(401)	3.453	-
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	180.924	235.675	6.394	158.605	581.598
				2014	2013
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2014				34.615	11.593
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2014				546.983	585.254

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2015 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.684	52	868	4.011
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	209.663	28.328	769	18.854	257.614
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(207.266)	-	-	-	(207.266)
Despesa Total em 2015 conforme cálculo atuarial	3.804	30.012	821	19.722	54.359
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	18.692	-	-	-	18.692
Despesa Total em 2015	22.496	30.012	821	19.722	73.051

O cálculo atuarial apresenta uma despesa estimada em 2015 referente ao fundo de pensão, porém, a Companhia efetuará um complemento correspondente à despesa financeira referente à dívida pactuada com a fundação, conforme mencionado anteriormente nesta nota. A expectativa para a despesa financeira referente à dívida em 2015 é de R\$ 22.496.

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2015 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	157.195	17.513	492	3.027	178.227

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2015 no montante de R\$ 25.603 e R\$ 21.849 para o Plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2014	2013
Ações de empresas brasileiras	8,60%	9,83%
Títulos de Renda Fixa	59,08%	63,51%
Imóveis	7,88%	4,99%
Outros	24,44%	21,67%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig e Cemig Geração e Transmissão:

	2014	2013
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	222.756	280.903
Ações emitidas pela Patrocinadora	2.007	2.100
Imóveis da Forluz ocupados pelas Patrocinadoras	49.450	90.300
	274.213	373.303

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2014	2013
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12,00%	12,36%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,00%	12,36%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Alteração na Tábua de Mortalidade em 1 ano	66.749	3.564	93	6.027	76.433
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	183.833	28.699	773	27.756	241.061
	250.582	32.263	866	33.783	317.494

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 2013	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 2014
Trabalhistas	21.047	39.819	(1.415)	(4.969)	54.482
Cíveis	20	170	(20)	(77)	93
Tributárias	13.180	13.129	(9.843)	(12.814)	3.652
Ambientais	860	809	(818)	-	851
Regulatórias	2	1.444	-	-	1.446
Outras	21.515	11.731	(288)	(738)	32.220
Total	56.624	67.102	(12.384)	(18.598)	92.744

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$81.470 (R\$59.495 em 2013), dos quais R\$23.903 (R\$21.047 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

O aumento no valor da contingência deve-se, dentre outros fatores, ao maior volume de ações movidas por ex-empregados, decorrente dos desligamentos realizados nos últimos anos, bem como ao maior volume de ações onde se discute a periculosidade sobre a remuneração, em função de novas teses que surgiram após alterações legislativas recentes.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia é parte em dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos seus empregados, que visa o estabelecimento de normas e condições de trabalho para reger os contratos de trabalho no período de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013, cuja pauta de reivindicações trazia diversos assuntos, dentre eles a recomposição de perdas salariais, aumento real, piso salarial e reajuste das cláusulas econômicas. Em 04 de julho de 2013, foi publicado acórdão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que manteve as cláusulas já existentes nos acordos coletivos anteriores, sem acrescentar nova obrigação à Companhia. Em 13 de outubro de 2014, foi publicada, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), decisão em sede de Recurso Ordinário, para dar provimento ao recurso de uma entidade sindical, concedendo 3% de aumento real aos empregados a título de produtividade. A Companhia apresentou Embargos de Declaração à seção especializada em dissídios coletivos do TST, a qual negou-lhe provimento em 15 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o valor envolvido nesta ação é de, aproximadamente, R\$30.579, que está devidamente registrado, tendo em vista a atual fase processual, que motivou a reavaliação da probabilidade de perda, por parte de nossos assessores jurídicos, de possível para provável.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$78.473 (R\$49.654 em 2013), dos quais R\$3.652 (R\$13.180 em 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$18.685 (R\$2.773 em 2013), dos quais R\$851 (R\$860 em 2013) foram provisionados.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$13.267, dos quais R\$1.446 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$23.745 (R\$20.020 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Reassentamento de atingidos pelo Reservatório do Aproveitamento Hidrelétrico de Irapé

A Companhia é parte em ação de desapropriação de áreas rurais para reassentamento de atingidos pelo reservatório do AHE de Irapé, onde se discute a metodologia utilizada para elaboração do laudo pericial para definir a metragem e o respectivo valor da indenização. O valor estimado é de R\$7.887, dos quais R\$7.695 foram provisionados.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$18.512 (R\$8.585 em 2013), dos quais R\$873 foram provisionados (R\$1.497 em 2013). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$56.386 (R\$51.578 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$196.281 (R\$104.742 em 31 de dezembro de 2013), e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

A variação verificada em 2014, quando comparado a 2013, decorre, principalmente, de novos autos de infração, em função de fatos geradores de períodos recentes.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$250.154 (R\$51.917 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

O aumento no montante contingente decorre, principalmente, de Despacho Decisório da Secretaria da Receita Federal que não homologou compensações realizadas pela Companhia em relação ao PIS/COFINS, alegando que determinadas receitas financeiras estariam relacionadas, diretamente, com as atividades da empresa. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em função da Companhia ter obtido decisão favorável, transitada em julgado em 2012, em Ação Ordinária que objetivava o reconhecimento da inconstitucionalidade da incidência do PIS/COFINS sob receitas que não se originavam de vendas de mercadorias e/ou de prestação de serviços.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$25.535. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$195.470 (R\$146.057 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$126.893 (R\$108.893 em 31 de dezembro de 2013). Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$1.061.062 (R\$1.800.804 em 31 de dezembro de 2013), bem como reavaliou as probabilidades de riscos dessas contingências em R\$253.706 para perda possível e R\$807.356 para perda remota. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Itutinga, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras, Peti e Salto Grande, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$76.844 (R\$107.697 em 31 de dezembro de 2013).

Outros Passivos Contingentes

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado é de R\$18.508 e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o aumento do Capital Social de R\$893.192 para R\$1.700.000, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$806.808, sendo R\$419.871 provenientes do saldo da Reserva Legal e R\$386.937 provenientes de parte da Reserva de Retenção de Lucros.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

(a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2014	2013
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	104.448	419.871
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE (1)	23.898	-
Reserva de Retenção de Lucros	1.180.947	1.917.835
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (2)	-	47.005
	1.309.293	2.384.711

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 10;

(2) Dividendos retidos no Patrimônio Líquido em atendimento às normas contábeis vigentes no País, que serão pagos no exercício seguinte.

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

As Reservas de Incentivos Fiscais referem-se a investimentos realizados na área da Sudene. A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$23.898.

Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registra na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, são transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2014 no montante de R\$140.367. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$47.725, reconhecidos no resultado do exercício de 2014 (R\$76.684 em 2013).

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2014 e 2013 foram conforme segue:

	2014	2013
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	2.088.965	1.811.374
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	1.044.483	905.687
Dividendos Propostos		
Juros sobre Capital Próprio	140.367	225.540
Dividendos intermediários	1.030.000	713.978
	1.170.367	939.518
(-) Imposto de Renda na Fonte sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(21.055)	(33.831)
Dividendos Declarados (líquido de IRRF s/ juros sobre capital próprio)	1.149.312	905.687
Dividendos por ação	0,3968	0,3127

Dividendos Intermediários

O Conselho de Administração deliberou pagar dividendos intermediários no valor total de R\$2.230.000, conforme segue:

- R\$1.200.000 com utilização de Reservas de Lucros, conforme aprovado em reuniões realizadas em 27 de junho, 29 de dezembro e 30 de dezembro de 2014;
- R\$1.030.000 como antecipação aos dividendos mínimos obrigatórios conforme aprovado em reunião realizada em 26 de setembro de 2014.

Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2014	2013
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	2.088.965	1.811.374
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,7211	0,6253

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Ajustes de avaliação patrimonial

	2014	2013
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(59.653)	(59.653)
Custo Atribuído de Imobilizado	536.970	596.767
Ajustes de avaliação patrimonial	477.317	537.114

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2014	2013
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	5.618.960	4.768.540
Receita de Transmissão – com impostos (b)	629.074	489.853
Receita de Construção (c)	80.358	91.176
Transações com energia na CCEE (e)	2.280.683	967.057
Receita de Indenização de Transmissão (d)	420.013	20.673
Outras receitas operacionais	26.318	22.984
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (f)	(1.340.689)	(1.130.149)
	7.714.717	5.230.134

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2014	2013	2014	2013
Industrial	21.026.305	18.496.520	3.228.825	2.621.165
Comercial	323.367	300.801	73.928	64.513
Subtotal	21.349.672	18.797.321	3.302.753	2.685.678
Fornecimento Não Faturado, Líquido	-	-	91.279	(4.028)
	21.349.672	18.797.321	3.394.032	2.681.650
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	14.173.916	16.481.464	2.166.728	2.070.254
Suprimento Não Faturado, Líquido	-	-	58.200	16.636
	35.523.588	35.278.785	5.618.960	4.768.540

(*) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(**) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão; e
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

(c) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período.

d) Receita de Indenização

Em 2013, a Companhia registrou o ganho estimado de R\$20.673 em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579.

Em junho de 2014, a Companhia reverteu provisão registrada em 2012 no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

Em dezembro de 2014, a Companhia registrou no resultado de 2014 a diferença entre o valor do Laudo preliminarmente fiscalizado pela ANEEL, que corresponde a uma indenização de R\$953.601 (líquido dos R\$285.438 já recebidos) e o valor contábil de R\$596.903, o que correspondeu a uma receita de R\$356.698. Maiores informações na Nota Explicativa nº 12.

(e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2014	2013
Tributos sobre a Receita		
ICMS	530.249	456.043
COFINS	539.394	425.322
PIS-PASEP	117.073	92.326
ISSQN	1.071	861
	1.187.787	974.552
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	35.328	66.925
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	16.829	10.481
PROINFA	28.786	27.000
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28.727	20.543
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	28.785	20.543
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	14.447	10.105
	152.902	155.597
	1.340.689	1.130.149

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Pessoal (a)	303.618	315.285
Participação dos Empregados no Resultado	54.861	58.798
Obrigações Pós-Emprego	48.156	39.809
Materiais	16.428	12.380
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	282.447	55.597
Serviços de Terceiros (b)	171.559	166.897
Depreciação e Amortização	296.841	343.364
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	122.593	125.751
Provisões	84.305	54.864
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	273.211	256.610
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.692.445	1.244.499
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	80.358	91.176
Perdas na Alienação da TBE (e)	-	94.080
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	160.795	105.068
	3.587.617	2.964.178

a) Despesa com Pessoal	2014	2013
Remunerações e Encargos	257.304	252.043
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	20.448	19.372
Benefícios Assistenciais	31.245	29.437
	308.997	300.852
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(6.258)	(8.024)
	302.739	292.828
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de empregados	879	22.457
	303.618	315.285

b) Serviços de Terceiros	2014	2013
Comunicação	4.868	6.187
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	34.201	30.332
Conservação e Limpeza de Prédios	24.937	20.098
Mão de Obra Contratada	1.333	3.600
Fretes e Passagens	4.178	2.573
Hospedagem e Alimentação	5.453	3.912
Vigilância	13.523	12.500
Consultoria	3.687	10.541
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	8.204	17.801
Manutenção e Conservação de Veículos	3.999	3.023
Energia Elétrica	2.266	2.758
Meio Ambiente	22.811	21.598
Limpeza de Faixas	2.662	1.883
Serviços de Reprografia	1.625	1.760
Serviços advocatícios e Custas Processuais	6.050	8.460
Outros	31.762	19.871
	171.559	166.897

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2014	2013
Energia de curto prazo - CCEE	63.458	61.823
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.762.132	1.285.462
Créditos de PASEP/COFINS	(133.145)	(102.786)
	1.692.445	1.244.499

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	2014	2013
Pessoal	663	828
Materiais	40.236	45.216
Serviços de Terceiros	36.013	43.489
Arrendamentos e Aluguéis	23	3
Outros	3.423	1.640
	80.358	91.176

e) Perdas na Alienação da TBE

Em 2013 a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento do grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na TBE (49%) para a TAESA, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, celebrado em 17 de maio de 2012.

f) Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	2014	2013
Arrendamentos e Aluguéis	22.878	24.538
Propaganda e Publicidade	1.064	3.493
Subvenções e Doações	32.325	23.045
Taxa de Fiscalização da ANEEL	21.479	18.580
Despesa Concessão Onerosa	1.008	1.149
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	4.925	3.556
Contribuição ao MAE	3.887	4.526
Seguros	3.031	3.379
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	55.967	2.919
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.015	5.047
Outros	9.216	15.590
	160.795	105.822

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2014	2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	113.108	109.071
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	10.395	4.364
Variação Monetária (1)	12.780	96.566
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras (1)	-	60.944
Outras	9.431	32.256
	145.714	303.201
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(494.213)	(316.673)
Variação Monetária – Forluz	(22.402)	(21.220)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(105.379)	(117.772)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(16.362)	(23.440)
Outras	(41.848)	(26.948)
	(680.204)	(506.053)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(534.490)	(202.852)

(1) A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para a Cemig GT de 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig GT foi de R\$157.510, sendo reconhecido no resultado financeiro o valor de R\$60.944 como reversão de PASEP e COFINS e R\$96.566 como receita de variação monetária.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladora								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	276	337	-	-	(2.116)	(274)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	-	905.687	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(109.865)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	20.183	5.968	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(10.415)	(9.682)
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.993	2.014	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	23.600	1.285	-	-	(10.599)
Operações com Energia Elétrica (2)	11.988	16.966	2.773	3.102	122.234	140.596	(35.447)	(36.192)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	2.319	13.002	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	230	530	132	132	8.731	19.512	-	(19)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.570	1.436	-	-	(13.432)	(13.366)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Não Circulante								
Debêntures (3)	-	-	-	59.352	-	-	(30.201)	(6.595)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	14.681	12.998	-	-	(22.402)	(23.087)
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(20.448)	(19.372)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(5.015)	(5.047)
Arrendamento Operacional (7)	-	-	308	590	-	-	(4.292)	(7.007)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	166.243	169.793	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	17.066	15.312	-	-	(30.214)	(20.207)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	225.003	217.062	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (3) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Os contratos foram ajustados a valor presente, conforme CPC 12 (vide Nota Explicativa nº 18);
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 20);
- (5) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 24) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (7) Aluguel do edifício sede;
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 16 e 23.

Aquisição facultativa de debêntures com o Estado de Minas Gerais

Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 18.

Aumento de participação em investimento

Foi alienada pela Andrade Gutierrez Participações S.A. a participação de 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. para um fundo de investimento em participações do qual a Cemig GT é investidora. Mais detalhes disponíveis na Nota Explicativa nº 13.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2014, proporcionalmente a participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação da Cemig GT de 44,89% no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig GT 44,89%
Axiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2016	4.978
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	22.463
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	4.791
Cemig GT	Notas Promissórias	106,85% do CDI	22/06/2015	9.519
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	4.533
Cemig Telecom	Notas Promissórias	110,40% do CDI	14/12/2015	2.252
				48.536

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela Cemig.

	2014	2013
Remuneração	9.126	8.692
Participação nos Resultados	2.568	2.450
Benefícios Pós Emprego	993	930
Benefícios Assistenciais	270	129
Total	12.957	12.201

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.

- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 1,70%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 7,96%, CDI + 0,69% a 1,70%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.

Categoria dos Instrumentos financeiros	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	5.273	5.273	7.113	7.113
Equivalentes de Caixa - Aplicações	285.276	285.276	1.100.061	1.100.061
Consumidores e Revendedores	649.571	649.571	673.833	673.833
Concessionários - Transporte de Energia	37.655	37.655	29.303	29.303
Ativos Financeiros da Concessão	953.601	953.601	779.135	779.135
	1.931.376	1.931.376	2.589.445	2.589.445
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	69.648	69.125	228.821	228.319
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	541.389	541.389	352.785	352.785
Passivos Financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda SAAG	29.028	29.028	-	-
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	309.010	309.010	214.553	214.553
Concessões a Pagar	170.880	213.467	165.024	255.262
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	7.036.700	7.028.499	4.092.806	4.205.510
Dívida Pactuada com Forluz	180.924	180.924	182.791	182.791
	7.697.514	7.731.900	4.655.174	4.858.116

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	2014	2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	285.276	1.100.061
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	611.037	581.606
Fundos Vinculados	38	4
	896.351	1.681.671
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(5.289.762)	(1.883.635)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(100.762)	(109.576)
	(5.390.524)	(1.993.211)
Passivo Líquido Exposto	(4.494.173)	(311.540)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2015, as taxas SELIC e TJLP serão de 13,25% e 6,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/12/2014	31 de dezembro de 2015		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 13,25% TJLP 6,50%	Cenário Possível SELIC 16,56% TJLP 8,13%	Cenário Remoto SELIC 19,88% TJLP 9,75%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	285.276	323.075	332.518	341.989
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	611.037	691.999	712.225	732.511
Fundos Vinculados	38	43	44	46
	896.351	1.015.117	1.044.787	1.074.546
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 18)	(5.289.762)	(5.990.655)	(6.165.747)	(6.341.367)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 18)	(100.762)	(107.312)	(108.954)	(110.586)
	(5.390.524)	(6.097.967)	(6.274.701)	(6.451.953)
Passivo Líquido Exposto	(4.494.173)	(5.082.850)	(5.229.914)	(5.377.407)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(588.677)	(735.741)	(883.234)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	2014	2013
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.635.650)	(2.040.243)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	-	(59.352)
(-) Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M	953.601	533.588
Passivo Líquido Exposto	(682.049)	(1.566.007)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2015, as taxas IPCA e IGP-M serão de 7,83% e 6,16%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2014		31 de dezembro de 2015	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 7,83% IGP-M 6,16%	Cenário Possível IPCA 9,79% IGP-M 7,70%	Cenário Remoto IPCA 11,75% IGP-M 9,24%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.635.650)	(1.763.721)	(1.795.780)	(1.827.839)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M	953.601	1.012.343	1.027.028	1.041.714
Passivo Líquido Exposto	(682.049)	(751.378)	(768.752)	(786.125)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(69.329)	(86.703)	(104.076)

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1. O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros: - Pós-fixadas						
Fornecedores	300.817	8.193	-	-	-	309.010
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	560.416	202.370	2.617.735	4.804.091	880.607	9.065.219
Concessões a pagar	1.784	5.265	12.589	73.076	134.300	227.014
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.088	6.367	17.408	150.631	126.770	303.264
	865.105	222.195	2.647.732	5.027.798	1.141.677	9.904.507

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2014, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$5.057.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“covenant”), que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a Cemig GT a providenciar, em até 6 meses contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, a constituição de garantias reais aceitas pelo banco, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido. Destaca-se, entretanto, que o que poderá ensejar a aceleração do vencimento da dívida é o descumprimento da obrigação de constituir garantias reais.

Em 31 de dezembro de 2014 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	2014	2013
Total do Passivo	8.891.426	6.660.022
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(290.549)	(1.107.174)
Passivo Líquido	8.600.877	5.552.848
Total do Patrimônio Líquido	3.486.610	3.815.017
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,47	1,46

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	138.772	-	138.772	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	280.923	-	280.923	-
Letras Financeiras do Tesouro	52.420	52.420	-	-
Debêntures	61.545	-	61.545	-
Outros	7.729	-	7.729	-
	541.389	52.420	488.969	
Ativos Financeiros da Concessão	953.601	-	-	953.601
Total	1.494.990	52.420	488.969	953.601
Passivos				
Opções de venda SAAG	(29.028)	-	-	(29.028)
	(29.028)	-	-	(29.028)
	1.465.962	52.420	488.969	924.573

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	64.909	-	64.909	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	196.309	-	196.309	-
Letras Financeiras do Tesouro	20.888	20.888	-	-
Debêntures	59.109	-	59.109	-
Outros	11.570	-	11.570	-
	352.785	20.888	331.897	-
Ativos Financeiros da Concessão	533.588	-	-	533.588
Total	886.373	20.888	331.897	533.588

Metodologia de cálculo do valor justo

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo da opção da SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios da Companhia. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis. O saldo foi integralmente constituído em 2014.

29. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (**)	Prêmio Anual (**)
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	29/04/2014 a 29/04/2015	US\$7.465	US\$129
	Responsabilidade Civil		US\$14.000	
Almoxarifados		02/10/2014 a 02/10/2015	R\$14.164	R\$23
Instalações prediais (1)	Incêndio	08/01/2015 a 08/01/2017	R\$354.257	R\$84
Equipamentos de telecomunicações (2)	Incêndio	08/01/2015 a 08/01/2016	R\$11.514	R\$5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência acima de R\$1.500 mil (3)	Total	07/12/2014 a 07/12/2015	R\$1.318.095	R\$1.645

(**) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2015 a 08 de janeiro de 2017

(2) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2015 a 08 de janeiro de 2016

(3) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$200.101 mil

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.876.529	1.019.226	1.338.838	829.050	126.712	846.345	7.036.700
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	14.681	15.562	16.495	17.485	18.534	98.167	180.924
Concessão Onerosa	21.025	16.103	14.350	12.783	11.390	95.229	170.880
Compra de Energia	2.720.771	2.389.386	2.916.368	3.015.725	2.748.613	43.338.162	57.129.025
Arrendamentos Operacionais	10.811	4.169	4.396	4.611	774	-	24.761
	5.643.817	3.444.446	4.290.447	3.879.654	2.906.023	44.377.903	64.542.290

31. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	2014	2013
Receita de construção	80.358	91.176
	80.358	91.176

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conclusão da constituição da Aliança Geração de Energia

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (Vale) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I, Capim Branco II, Aimorés e Candonga. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total. A conclusão da transação não implica nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

A associação entre Vale e Cemig GT, com a conclusão da aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A., pertencentes à Vale, fica ainda sob a condição resolutive de ocorrer até 19 de junho de 2015. Caso a operação não ocorra até esta data, a Vale, a seu critério, poderá requerer o desfazimento da associação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias datado de 19 de junho de 2015.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos
Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes
Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Márcio Lúcio Serrano
Diretor de Gestão Empresarial

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Comercial

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 14 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 T/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31-12-2014, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 30-04-2015.

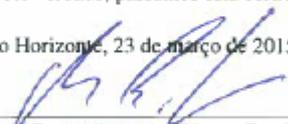
Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

- aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
- Bruno Gonçalves Siqueira
- Lauro Sander
- Luiz Guaritá Neto
- Thales de Souza Ramos Filho
- Aliomar Silva Lima

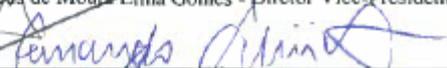
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES**DECLARAÇÃO**

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 615ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 23-03-2015, aprovamos a conclusão, em 23-03-2015, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2014; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

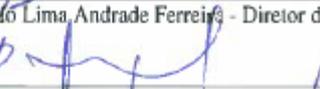
Belo Horizonte, 23 de março de 2015.


Mauro Borges Lemos - Diretor Presidente

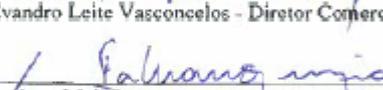

Matheus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente


Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios


Márcio Lucio Serrano - Diretor de Gestão Empresarial

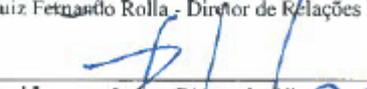

Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás


Ricardo José Charbel - Diretor sem denominação específica


Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial


Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores


Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão


Luiz Fernando Rolla - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação


Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

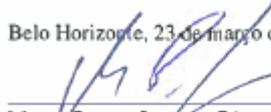
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

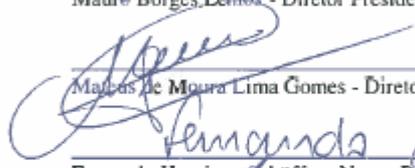


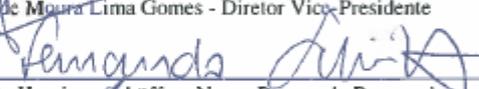
DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 615ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 23-03-2015, aprovamos a conclusão, em 23-03-2015, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2014; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2015.

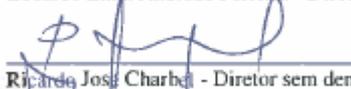

Mauro Borges Lemos - Diretor Presidente


Marles de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente


Fernando Henrique Schüffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios


Márcio Lócio Serrano - Diretor de Gestão Empresarial

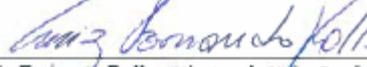

Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás

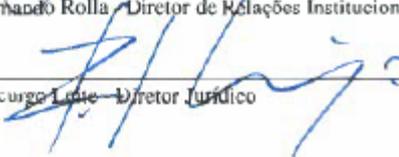

Ricardo José Charbel - Diretor sem denominação específica


Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial


Fabiano Maja Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores


Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão


Luiz Fernando Rolla - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação


Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico